



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Subsecretaria de Análise
S. F.

ANO XXXII — Nº 090

QUINTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 124ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.1.1 — Comunicação da Presidência

— Referente à finalidade da sessão, destinada a reverenciar a memória do Sr. Senador Paulo Guerra.

Oradores

SENADOR MURILO PARAISO, em nome da ARENA.

SENADOR MARCOS FREIRE, em nome do MDB.

O SR. PRESIDENTE — Fala associativa em nome da Mesa.

1.2 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Convocação de sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 125ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

— Mensagem nº 178/77 (nº 289/77, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal, seja autorizada a Prefeitura Municipal de Guarulhos (SP) a elevar em Cr\$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

— Mensagem nº 168/77 (nº 268, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

— Mensagem nº 140/77 (nº 223/77, na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo ao exame do Senado Federal, proposta do Sr. Ministro de Estado da Fazenda para que seja a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP), autorizada a

elevar em Cr\$ 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

— Recebimento do Ofício nº S/12/77 (nº 627/77, na origem), do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado Federal, a fim de que aquele Estado possa realizar operações de empréstimo externo no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares americanos) para o fim que especifica.

2.2.3 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 152/77, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de aperfeiçoar o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes. (Art. 164.)

2.3 — ORDEM DO DIA

— Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 167/77 (nº 266/77, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Lauro Soutello Alves, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas. **Apreciado em sessão secreta.**

— Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 174/77 (nº 284/77, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do General-de-Exército Carlos Alberto Cabral Ribeiro para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Sizen Sarmento. **Apreciado em sessão secreta.**

2.4 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR NELSON CARNEIRO — Apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, tendo em vista a morosidade no pagamento dos inativos daquele Ministério.

2.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

3 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. Senador Evelásio Vieira, proferido na sessão de 23-8-77.

4 — RETIFICAÇÕES

- Ata da 118ª Sessão, realizada em 18-8-77.
- Ata da 119ª Sessão, realizada em 18-8-77.

5 — ATAS DE COMISSÕES**6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****ATA DA 124ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1977****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA**

ÀS 15 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevair Leal — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrónio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barbosa — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Declaro aberta a presente sessão especial, destinada a reverenciar a memória do Senador Paulo Guerra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Murilo Paraíso, que falará em nome da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE. Em nome da ARENA, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Antes de iniciar a minha oração de saudação à memória do Senador Paulo Guerra, gostaria de fazer um registro que me parece dos mais oportunos.

Na data de hoje, 24 de agosto, perdeu o Brasil em épocas que já remontam a um passado distante, dois de seus grandes líderes. Um, o gaúcho Getúlio Vargas, cuja importância na vida nacional é reconhecida por todos nós. Outro, um pernambucano, Agamenon Magalhães, que também ocupou posições de destaque na vida brasileira, como Governador de Estado e como Ministro, em duas Pastas. E o Senado ao fixar a data de hoje para prestar homenagem póstuma a Paulo Guerra, é como se, implicitamente, estivesse associando a imagem de Paulo Guerra à imagem desses dois grandes líderes nacionais.

Era apenas esse registro que gostaria de fazer.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Missão difícil, a de ocupar, nesta Casa, a cadeira que era do Senador Paulo Guerra, indiscutivelmente um dos maiores líderes políticos da História de Pernambuco.

Liderança reconhecida por toda uma geração e permanentemente aprimorada pelas dificuldades inerentes à região nordestina que se constitui num contínuo desafio para os seus homens públicos, os seus empresários e todo o seu povo.

Nessa bigorna de adversidades foi forjada a têmpera do homem, misto de político e de administrador, cuja memória hoje reverenciamos, no Senado Federal.

Os pernambucanos se acostumaram a ver, com confiança, vibração e entusiasmo a trajetória brilhante e ascendente daquele grande líder da nossa época.

Quer investido na função legislativa, como Deputado Estadual, Deputado Federal ou Senador, quer desempenhando atividade executiva, como Prefeito ou Governador, sempre demonstrou o nosso homenageado possuir coragem cívica, honestidade, espírito público e patriotismo. Se às vezes, era explosivo e exaltado na defesa do bem comum, não lhe faltavam os atributos de serenidade, humildade e compreensão nas horas em que entravam em jogo os problemas humanos.

Habitua-nos a conhecer a suas decisões objetivas e plenas de sabedoria, não raras, acompanhadas de pronunciamentos viris, corajosos e até irreverentes, demonstrando permanentemente, o seu temperamento inquieto e o desejo indomável de bem servir ao seu Estado e ao seu País.

Nas suas expressões simples de homem do campo, mas sempre oportunas e dotadas de muito senso crítico, acostumou-se o pernambucano a aplaudir e estimular a sua constante luta em favor do nosso desenvolvimento. E quando defendia o interesse coletivo não usava meias-palavras. Ia direto ao assunto, de forma objetiva e incisiva.

Como auxiliar direto do seu Governo, ocupando a então Secretaria de Viação e Obras Públicas, tive oportunidade de acompanhá-lo de perto e participar ativamente das suas inquietações e das suas alegrias.

Em todas essas ocasiões, porém, uma tônica se fazia sentir: a sua liderança incontestada e o seu incomparável zelo pela coisa pública.

De tudo isso, lembro-me de alguns pitorescos episódios que retratam, fielmente, a sua forte personalidade e a sua seriedade.

Certa feita, em reunião na SUDENE, na presença de altas autoridades, entre as quais Ministros e Embaixadores, ao lhe ser comunicado novo adiamento na liberação dos recursos de, já antigo, convênio com a USAID, não se conteve e explodiu: "Os recursos da USAID são como a linha do horizonte — quanto mais dela nos aproximamos, mais de nós ela se afasta".

Todavia, não raras vezes, aos seus diretos auxiliares de governo, entre os quais me incluo, comentava com lágrimas de emoção, os frutos já colhidos, com os planos de sua administração, quando viveu Pernambuco um período de intenso processo desenvolvimentista. Foram apreciáveis os investimentos que o seu Governo aplicou

em rodovias, eletrificação, abastecimento d'água, saúde pública, educação, agricultura e nos demais setores onde se fazia necessária a ação do Estado.

Era o afã do governante em acelerar o desenvolvimento do seu Estado e o bem-estar dos seus governadores.

Os números estão aí. Irrefutáveis e até inesperados, para um Estado e o bem-estar dos seus governadores.

No campo industrial, absorveu Pernambuco, no período governamental de Paulo Guerra, 65% dos investimentos da SUDENE, o que representou 39 projetos dos 109 aprovados. Simultaneamente, criava o Estado mais um novo distrito industrial, no município de Paulista, capacitando-se a abrigar novos investimentos através da SUDENE.

Um outro elemento a assinalar é que, justamente com o Estado do Paraná, Pernambuco liderou até 1966 o aumento do consumo de energia elétrica em todo o País.

Em abastecimento d'água foram implantados inúmeros novos sistemas, com recursos próprios do Estado, pois ainda não haviam as possibilidades financeiras hoje ofertadas pelo BNH.

Essas marcas assim tão expressivas, foram registradas em todos os setores da sua fecunda e inovadora administração.

Não ficaram no campo material as atividades desenvolvidas no Governo Paulo Guerra. Ele foi sensível também às letras e à cultura do nosso Estado, dando-lhe uma contribuição inesquecível ao decretar o Dia da Cultura de Pernambuco, fazendo-o coincidir com o dia do nascimento de Joaquim Nabuco.

Desapropriou antigo e belo solar recifense para servir de sede à Academia Pernambucana de Letras.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Ruy Santos (ARENA — BA) — Bahia e Pernambuco sempre foram unidos, e nem a velha questão da Província de São Francisco, que Pernambuco perdeu, por punição, pelo seu espírito libertário, nem isso nos separou. Assim, sempre fui ligado às melhores figuras de Pernambuco, como sei que tive sempre dos pernambucanos o maior apreço. Quando Paulo Guerra chegou na Constituinte, fui seu companheiro na elaboração da Carta de 1946, e desde então me acostumei a admirar suas esplêndidas qualidades de político e de homem decidido corajoso, bravo na defesa dos seus pontos de vista, às vezes até grosseiro quando em jogo o interesse pernambucano. Mas, Paulo Guerra, apesar disso, soube fazer amigos, porque na sua luta havia o interesse de Pernambuco, que é o interesse do Brasil.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Agradeço o aparte do Senador Ruy Santos, e acredito que S. Exª tenha, realmente, enriquecido o retrato que tento modestamente, traçar do Senador Paulo Guerra.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador Murilo Paraíso?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador Jarbas Passarinho.

O Sr. Jarbas Passarinho (ARENA — PA) — Gostaria de acrescentar um depoimento ao discurso de V. Exª e ao aparte do nobre Senador Ruy Santos. V. Exª, no início, referiu-se ao temperamento explosivo do Senador Paulo Guerra, quando especialmente em jogo os interesses coletivos. Tive com ele uma experiência que é muito ilustrativa. Um dia o Senador fez um discurso atacando o MOBRL — Movimento Brasileiro de Alfabetização — e eu ia à televisão, poucos dias, depois, e o meu entrevistador, automaticamente, aproveitou-se daquela oportunidade para provocar-me a respeito das palavras do Senador Paulo Guerra. E eu, espicaçado que estava, naturalmente,

na vaidade do Ministro que tinha desenvolvido o programa, disse que era preciso muito topete para poder atacar o MOBRL, e a resposta do Senador Paulo Guerra não se fez tardar, numa réplica muito ácida, pouco depois. Passaram-se alguns meses e eu recebi o Senador no Gabinete, em audiência; e todo aquele mal-estar, causado pela crítica e pela réplica, em que nos havíamos envolvido, foi subitamente desfeito, na conversa franca e leal que tivemos ambos. Na oportunidade, ele se acompanhava de um dos filhos, que encaminharia para a política. E eu pude perceber que ele era o tipo do lutador que me fascina, o lutador que desembainha a sua espada, às vezes, até sem muita razão de ser, e que não a embainha nunca sem honra, e que não guarda rancores, o que me pareceu um traço magnífico no seu caráter. Aqui, reencontrei-me com ele, quando voltei para o exercício do meu mandato, e foi uma das mais amenas companhias e das mais cativantes que tive nesta Casa. Embora não tenha tido com ele uma aproximação muito grande ou uma intimidade de vida política, uma vez que militávamos em Estados distantes um do outro, tenho absoluta certeza de que o velho lugar comum de dizer que a morte de alguém abre lacunas e abre vácuos, no caso do Sr. Senador Paulo Guerra o lugar comum se engrandece, porque é uma absoluta verdade a falta que ele faz, em termos nacionais e, particularmente, em termos da política de Pernambuco.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado pelo aparte, eminente Senador Jarbas Passarinho.

Continuando, Sr. Presidente:

Criou a Fundação do Ensino Superior do Estado, embrião de uma futura Universidade, embora, com a sua modéstia, sempre repetisse que era ele o governante de Pernambuco mais distanciado das letras.

Enfim, levado ao governo pela Revolução de 31 de março de 1964, Paulo Guerra manteve-se fiel aos seus ideais e desfraldou também em Pernambuco, a bandeira de uma outra revolução: ao do desenvolvimento sócio-econômico-cultural, transformando e ampliando sensivelmente, tudo que nesse sentido já se fizera naquele Estado nordestino.

O Sr. Magalhães Pinto (ARENA — MG) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não. Ouço o aparte de V. Exª

O Sr. Magalhães Pinto (ARENA — MG) — Nobre Senador, desejo associar-me às homenagens que hoje o Senado presta a Paulo Guerra. Na vida pública costumamos ter muitos desencontros. Com Paulo Guerra, apesar do seu temperamento e, às vezes, das incompreensões de julgamento, mantive uma amizade ininterrupta, desde os idos de 1945 até a sua morte. Todos os dias, quando aqui ele estava, conversávamos sobre os problemas nacionais, e ele sempre preocupado com problemas do Nordeste. Era uma figura exemplar. Na Revolução de 1964 ele venceu todos os obstáculos; assumiu o Governo com um comportamento tal que tornou-se um dos líderes do Movimento. Deixo aqui, com a minha homenagem à sua família, este aparte que é, também, de homenagem a um velho companheiro e amigo que, se aqui estivesse, estou certo, continuaria engrandecendo esta Casa.

O Sr. Luiz Viana (ARENA — BA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana (ARENA — BA) — Não somente desejo associar-me às justas homenagens que são agora prestadas àquele delito amigo, ilustre companheiro nosso, agora desaparecido, mas também, de algum modo, quero trazer uma palavra que é antes de tudo um testemunho da ação que Paulo Guerra teve, da maneira mais assombrosa, nos primórdios da Revolução de 1964. Esse conhe-

cimento eu tive através de várias conversas com o Presidente Castello Branco, que havia sido Comandante do IV Exército, onde tivera oportunidade de entreter as melhores relações com Paulo Guerra, acompanhando bem de perto a resistência que ele opôs, da maneira mais vigorosa, mais assombrosa, à situação então dominante em Pernambuco. Não era uma posição fácil a de Paulo Guerra, como Vice-Governador do Estado. Entretanto, a firmeza de suas atitudes, a firmeza de suas convicções, fez com que ele, como bem acentuou o nosso eminente colega Senador Magalhães Pinto, se tornasse, realmente, um dos líderes mais importantes do Movimento Revolucionário de 1964, de tal modo que, ao se organizar a ARENA, era o seu nome um dos mais cogitado pelo Presidente Castello Branco para assumir a Presidência do nosso Partido, tais os serviços que o Presidente julgava, com razão, que havia ele prestado à causa revolucionária. É justo, portanto, que todos nós, ao nos associarmos às homenagens prestadas a Paulo Guerra, não somente lembremos o companheiro, o amigo deleto desaparecido, mas também o grande revolucionário que ele foi.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado, Senador Luiz Viana.

O Sr. Augusto Franco (ARENA — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não.

O Sr. Augusto Franco (ARENA — SE) — Desejo dar a minha solidariedade às palavras de V. Ex^a, de homenagem ao eminente vulto político pernambucano que foi o ex-Senador Paulo Guerra. Perdeu Pernambuco este grande político e os que compõem esta Casa, um seu leal e demodado companheiro. Perdeu a grei familiar o seu chefe, e os seus partidários, o seu grande líder. Nós nordestinos, nós brasileiros, sentimos, pela sua morte, a grande falta.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado, Senador Augusto Franco.

O Sr. Braga Júnior (ARENA — AM) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, Senador Braga Júnior.

O Sr. Braga Júnior (ARENA — AM) — Desejamos também nos associarmos às homenagens que V. Ex^a presta ao eminente Senador Paulo Guerra, que, além de prestar relevantes serviços ao seu Estado, foi, no nosso entendimento, o grande renovador dos quadros políticos do Estado de Pernambuco. Só esta página de serviços prestados ao seu Estado natal já justificaria a sua passagem por esta Casa, como prestando uma página extraordinária de serviços ao poder político brasileiro e a toda a Nação. Porém, além desses serviços, ele sempre se houve com dignidade, coragem e desprendimento no exercício das funções que ocupou no Congresso Nacional. E hoje, quando V. Ex^a presta as homenagens em seu nome e em nome do povo de Pernambuco, nós nos associamos a essas homenagens, em nosso nome e em nome do nosso Estado, o Amazonas. Muito obrigado.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Milton Cabral (ARENA — PB) — Nobre Senador Murilo Paraíso, nós, da Paraíba, acostumamo-nos dispensar a Paulo Guerra todas as considerações. Ele identificou-se com a Paraíba, estendeu seus interesses empresariais ao nosso Estado, no setor da agropecuária. Intrépido, leal, honrado, o querido companheiro, solidário nas mais difíceis circunstâncias, Paulo Guerra era um Senador intransigente na defesa dos interesses de Pernambuco e da Região Nordeste. Todos os nossos preitos neste Plenário recebiam o apoio

incondicional de Paulo Guerra. De fato, é com profunda saudade que reverenciamos sua memória. É difícil encontrar um homem de tantas qualidades, um político extraordinário, um homem que em todas as horas, na defesa dos interesses partidários, ou na luta constante das reivindicações mais sérias em defesa de sua Região e de seu Estado, era aquela figura permanente, sempre presente. A Paraíba se associa a esta homenagem. Nós, seus colegas, que convivemos tantos anos aqui, participamos desta homenagem, sentido profundamente no coração a saudade do admirável político, do excepcional homem público que honrou Pernambuco. Muito obrigado.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Nobre Senador Milton Cabral, meus agradecimentos pelo seu aparte.

O Sr. Otair Becker (ARENA — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não.

O Sr. Otair Becker (ARENA — SC) — Convivi por curto lapso de tempo com o eminente e falecido Senador Paulo Guerra, o bastante para recolher dele os ensinamentos de homem patriota, humilde, dedicado, responsável e humano. Por isso, eminente Senador, associo-me a estas homenagens, aproveitando o ensejo para apresentar respeitosa condolência aos seus familiares.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Nobre Senador Otair Becker, muito obrigado pelo seu aparte.

O Sr. Lourival Baptista (ARENA — SE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não.

O Sr. Lourival Baptista (ARENA — SE) — Eminente Senador Murilo Paraíso, nesta oportunidade, desejo manifestar meu pesar pessoal e o do meu Estado pelo passamento do grande político, grande lutador, grande brasileiro e grande colega que foi o Senador Paulo Guerra. O saudoso Senador Paulo Guerra faz jus às homenagens que ora estão sendo prestadas à sua memória, exaltando sua vida de homem público e acentuando o grande líder que foi no Estado de Pernambuco. Homem de grandes virtudes cívicas que amou o Brasil e o seu Pernambuco que ele tanto ajudou a desenvolver-se, foi o Senador Paulo Guerra um dos mais destacados defensores das causas do Nordeste. Não me encontrando em Brasília, quando do seu passamento, valho-me deste ensejo para manifestar o meu mais profundo pesar, não só a sua digna família, como também, ao valeroso povo pernambucano, que ele tão bem representou nesta Casa, enriquecendo as tradições de civismo do grande Estado nordestino. Associo-me, portanto, nobre Senador Murilo Paraíso, às justas homenagens que o Senado, através do discurso de V. Ex^a, presta a um bom amigo; a elas tem direito por sua longa vida de luta em prol de Pernambuco, do Nordeste, e do Brasil.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado a V. Ex^a Senador Lourival Baptista.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Embora a Bahia já se tenha manifestado pela palavra de dois dos seus ilustres representantes nesta Casa, os Senadores Luiz Viana Filho e Ruy Santos, não posso deixar de associar-me, para mostrar a unanimidade do Estado, às manifestações que o Senado ora presta à memória de Paulo Guerra. Os cargos não fazem os homens, é verdade, mas os revelam, e foi no exercício dos que ocupou que Paulo Guerra pôde evidenciar as suas grandes virtudes de homem público e de cidadão exemplar. Quem o conheceu de perto, e eu tive essa ventura, no contato quase diário nesta Casa, pode ter testemunhado o seu amor à sua terra, o seu

interesse pela grande causa nordestina, mas, tudo isso, com os olhos voltados para a própria grandeza do Brasil. Ele foi um combatente porque acreditava. Mais do que um corajoso, ele foi um homem de bravura, que é a coragem pelas grandes causas. O seu sentido de responsabilidade despontava sempre em todas as ocasiões em que tinha de se pronunciar. Nenhum projeto passava por suas mãos sem cuidadoso exame, para que pudesse dar o seu parecer consciente. E, aqui, na Casa, foi sempre o cavalheiro, o amigo, que não faltava com o aparte de solidariedade, mas também, quando necessário, com o pronunciamento da crítica. Quero, assim, associar-me, e o faço de coração, a estas homenagens que o Senado, por todos que o integram, presta à memória de um grande pernambucano, de um grande brasileiro que foi, sem favor, um verdadeiro líder, que é o que ausculta com sensibilidade e comanda com energia.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado, Senador Heitor Dias.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador José Lindoso.

O Sr. José Lindoso (ARENA — AM) — Sinto-me num dever singular de oferecer uma palavra de homenagem à memória de Paulo Guerra. Pertenceu ele à escola política de Agamenon Magalhães, a mesma bravura, o mesmo espírito público e a mesma determinação na luta. Nestes anos que convivemos aqui no Senado, tivemos os contatos da atividade parlamentar, da atividade política. Em todos os instantes via na personalidade do líder aquele itinerário magnífico da construção de uma vida que, partindo das prefeituras de Pernambuco, galgando os postos de Deputado e de Presidente da Assembleia Legislativa, de Deputado Federal, de Vice-Governador e de Governador do seu Estado, prestava à Nação, no Senado, o serviço ditado pelo seu patriotismo, pela beleza do seu caráter e pelo seu alto espírito público.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado.

O Sr. Danton Jobim (MDB — RJ) — V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, Senador.

O Sr. Danton Jobim (MDB — RJ) — Peço desculpas a V. Ex^a por interrompê-lo, a esta altura do seu discurso, mas sinto-me no dever de dizer algumas palavras sobre Paulo Guerra. Na realidade trata-se de um parlamentar que honrou sobremaneira a cadeira que ocupava entre nós. Não pelos seus arroubos de oratória, não pela sua preocupação nos entrecavos políticos da tribuna, mas sobretudo pela superioridade e independência com que tratava dos temas que mais interessavam à solução dos problemas brasileiros. Servindo ao Governo, jamais cometeu o pecado da subserviência. Era um homem leal e franco por natureza, dizia o que pensava e, sem dúvida, o dizia de maneira muito expressiva, muito ativa, e dava a impressão de que se tratava, realmente, de alguém que sabia nos momentos adequados colocar-se acima das suas tendências partidárias. Terçando armas com a Oposição, ele o fazia com aquela fidelidade que todos aqui conhecemos, embora, às vezes, até com ardor. Quero, pois, dizer a V. Ex^a, Sr. Senador Murilo Paraíso, que Paulo Guerra deixou nesta Casa uma grande admiração pelas suas destacadas atitudes, mesmo naqueles que não o conheciam anteriormente, como era o meu caso. Tenho a impressão de que alguém da Bancada do MDB deveria manifestar-se aqui dando este testemunho.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Com muita honra.

O Sr. Benedito Ferreira (ARENA — GO) — Nobre Senador Murilo Paraíso, toda a Casa, pela voz de V. Ex^a, manifesta o seu pesar, e também, através dos apartes de quase toda a nossa Bancada e da Bancada da Oposição, verificamos o quanto merecidamente vem sendo exaltada a figura do político, a figura do estadista, do bravo pernambucano que, de tão leal, na busca da verdade, chegava muitas vezes à rudeza. Mas eu gostaria de exaltar aqui a figura do homem, do pai, de exemplos edificantes que foi Paulo Guerra. Tive eu oportunidade, nobre Senador Murilo Paraíso, em certa ocasião, no recesso, de telefonar para Paulo Guerra, no Recife e, dentre os assuntos tratados, lembrei-me de uma queixa que eu recebera de um amigo que, por um desacerto com um dos seus jovens filhos, tinha ficado magoado, melindrado. E eis que Paulo Guerra, como pai, como homem de exemplos edificantes, para todos nós e, sobretudo, para os filhos, asseverou-me que no dia imediato, porque naquele dia já não havia avião, o seu filho estaria aqui em Brasília para, em minha companhia, procurar esse amigo e desagravá-lo. E tal ocorreu. Daí porque essa faceta de um pai de família tão numerosa, por certo numerosa, porque merecedor da confiança de Deus para ser depositário de tantos, mas o certo é que Paulo Guerra, se foi um exemplo como político para Pernambuco e para o Brasil, foi para seus amigos, para a sua família e para os seus filhos, de modo particular, repito, um homem exemplar de atitudes edificantes.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado, nobre Senador, pelo seu aparte.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, Senador Alexandre Costa.

O Sr. Alexandre Costa (ARENA — MA) — Nobre Senador Murilo Paraíso, representante de um Estado, o Maranhão, que se acostumou a abrigar milhares de nordestinos, entre os quais centenas de pernambucanos, para honra nossa, foi por intermédio deles e por seus depoimentos que, antes de chegar ao Senado Federal, já conhecia a personalidade do ex-Senador Paulo Guerra, grande político, Deputado, Governador, Vice-Governador, grande cidadão que foi em Pernambuco. E, ao chegar aqui no Senado Federal, tive a honra de privar da sua amizade e, na intimidade dos que se admiram, pude constatar que, debaixo daquela austeridade, daquela personalidade forte, e porque não dizer daquele homem zangado, estava o grande coração, o homem generoso, o homem bom, o grande amigo, o homem leal e, sobretudo, o homem humilde, porque Paulo Guerra sabia lutar, sabia avançar mas, também, sabia recuar, toda vez que verificava que trilhava o caminho errado. Por todas essas virtudes, desejo, em meu nome pessoal e em nome do Maranhão, que aqui represento, associar-me a esta homenagem justíssima que V. Ex^a presta ao grande pernambucano, ao grande brasileiro que foi Paulo Guerra.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado, nobre Senador Alexandre Costa.

Por tudo o que disse e por tudo o que foi dito nos apartes que a maioria dos companheiros do Senado fizeram, neste momento, muito lhe devem os pernambucanos. Muito lhe deve a Nação brasileira.

Mas não era necessário atingir metas consideradas tão expressivas, para a época, para proporcionar ao saudoso Governador as naturais emoções de quem trazia a marca de uma forte sensibilidade social e humana.

A sua emoção se fez sentir quando, em 1966, a tragédia de uma enchente do rio Capibaribe se abateu sobre grande parte da população recifense, e houve um colapso no sistema de abastecimento d'água de Gurjaú, cuja barragem, de 40 anos, rompera, diante da fúria das águas, com ameaça de uma catástrofe sanitária de consequências imprevisíveis.

Esteve solidário com a população flagelada. Ofereceu o calor da sua presença em todas as áreas atingidas, e acionou a sua equipe de Governo para atender aos necessitados. Fez mais. Nas 24 horas seguintes, ainda sob o impacto da destruição, nomeou uma comissão de técnicos, de reconhecida experiência profissional, para determinar as causas das enchentes e indicar as soluções definitivas para evitar a repetição do fenômeno. Acompanhou com vivo interesse o trabalho da comissão, cujas soluções apontadas serviram de escopo ao projeto que, agora, vem sendo acelerado na sua execução pelo Governo do eminente brasileiro, o Presidente Ernesto Geisel.

Paulo Guerra era assim. Uma harmoniosa sinfonia de coragem, obstinação, honradez, espírito público, bondade e patriotismo.

Corajoso, impetuoso e explosivo quando objetivava o interesse público; incansável e obstinado na hora de realizar os seus planos de trabalho; emotivo, sentimental e profundamente humano, quando as necessidades do povo vinham à tona, quando se apercebia haver conseguido reduzi-las ou, ainda, quando se achava impossibilitado de atender aos justos reclamos da sua gente.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Ouço V. Ex^a, com prazer.

O Sr. Otto Lehmann (ARENA — SP) — Nobre Senador Murilo Paraíso, no momento em que V. Ex^a presta, em nome do Senado, tão justa homenagem à memória do grande brasileiro que foi o Senador Paulo Guerra, peço licença para solidarizar-me com V. Ex^a pelas palavras que está pronunciando, e que, também, foram ditas, aqui, por eminentes colegas que o apartearam. De fato, pela invariável e límpida conduta, bem como por sua nobre ação política, o Senador Paulo Guerra tornou-se, para todos nós, um exemplo. Foi, lamentavelmente para mim, curta a nossa convivência. Isso não impediu, entretanto, que nascesse, nesse período, uma amizade que considero fraternal. De maneira que, pedindo permissão a V. Ex^a para este aparte, quero registrar a minha solidariedade, o meu pesar, em meu nome pessoal e em nome da representação de São Paulo. Muito grato a V. Ex^a.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito grato, nobre Senador.

Daí a propriedade da comparação que lhe fizeram: "Paulo Guerra é como o cactus. Possui espinhos com os quais agride, quando necessário, mas possui também, no seu interior, o néctar de que necessitam os sedentos".

Este, Srs. Srs. Senadores, é o testemunho de quem trabalhou ao lado do Ex-Governador Paulo Pessoa Guerra, na sua luta contra o tempo, que considerava o seu maior adversário, no combate às necessidades do nosso Estado.

E ao se referir freqüentemente à sua luta contra o tempo, era como se um sexto sentido lhe confidenciasse que curta seria sua permanência entre nós.

Agora, após o seu lamentável desaparecimento, encontramos neste recinto, palco da atividade parlamentar do último estágio de sua vida pública, prestando esta justa homenagem à sua memória. E não podia ser outra a preocupação de quem passou a ocupar, nesta Casa, a vaga deixada pela sua ausência saudosa. Ausência que não ficou isolada, pois esta Casa perdeu, ainda, mais recentemente, um outro Senador, não menos ilustre, nem menos popular, que Paulo Guerra: o Senador Ruy Carneiro, do MDB. A Paraíba, berço daquele também saudosos homem público, chora a sua perda e à sua dor nos associamos.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não, nobre Senador.

O Sr. Helvídio Nunes (ARENA — PI) — Nobre Senador Murilo Paraíso, conheci o Senador Paulo Guerra no princípio da década de 60, quando, ambos, Deputados Estaduais, comparecemos à Primeira Reunião de Assembleias Legislativas, em Porto Alegre. E, naquela oportunidade, não apenas conheci o homem, mas, também, a sua coragem moral, pois que, em plena conferência realizada pelo então Governador do Rio Grande do Sul, ele solicitou um aparte e protestou contra as medidas adotadas pelo Governo, marcadamente em desfavor da sua Região, da nossa Região — o Nordeste. Encontrei-o, mais tarde, nas reuniões plenárias da SUDENE e, por último, no plenário deste Senado. Nesta oportunidade em que o Senado presta merecido preito de saudade a Paulo Guerra, gostaria que ficassem inseridas no discurso de V. Ex^a as homenagens do Estado que represento nesta Casa, o Piauí, à memória inolvidável de Paulo Guerra.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado, Senador Helvídio Nunes.

Aqui me encontro, não substituindo, mas representando o Senador Paulo Guerra, no desempenho do restante de um mandato que a fatalidade impediu que ele cumprisse integralmente e o farei com muita honra e orgulho, embora sabendo tratar-se de uma difícil tarefa, pelas suas excelentes qualidades de homem público.

— Serei fiel ao programa do meu Partido — a Aliança Renovadora Nacional.

— Estarei vigilante na defesa dos interesses de Pernambuco e atento aos meus compromissos com a Nação brasileira.

— Estarei sempre pronto para o bom combate pela integração do Norte e do Nordeste no desenvolvimento harmônico do Brasil, tentando evitar os danos causados por qualquer política discriminatória, antieconômica, sem sentido social e sem conteúdo humano.

Tudo isso é uma resultante do meu convencimento de que o fortalecimento da unidade nacional e a prosperidade do País serão objetivos inatingíveis, enquanto perdurarem tão acentuadas disparidades nacionais.

Deus me ajudará, decerto, dando-me a indispensável inspiração para honrar a memória de Paulo Guerra, as vocações libertárias e cristãs de Pernambuco e as melhores tradições do Senado Federal. Saberei, a cada instante e a cada passo, imprimir a minha personalidade ao trabalho que, aqui, procurarei realizar, durante o curto período que resta à atual legislatura.

Se me apresento aos meus ilustres pares com a evidente inexperience da função legislativa, trago, contudo, as mangas arregaçadas, na disposição de trabalhar pela grandeza do nosso País, com a mesma firmeza, o mesmo entusiasmo e a mesma dedicação com que já servi ao meu Estado, em todas as ocasiões em que fui convocado, para a ocupação de cargos técnicos e políticos.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Pois não.

O Sr. Henrique de La Rocque (ARENA — MA) — Nobre Senador Murilo Paraíso, Paulo Guerra, para nós outros, foi um forte em sua vida pública e privada. Sempre o mesmo homem, amigo dos seus amigos, ninguém o superava em fidelidade fraterna com que se unia aos que constituíam seu mundo sentimental. Dedicava-lhe um imenso respeito e uma grande afeição, e, estes sentimentos, rogo a V. Ex^a que permita tenham agasalho no pronunciamento que está a fazer em sua memória.

O SR. MURILO PARAÍSO (ARENA — PE) — Muito obrigado a V. Ex^a.

Srs. Senadores, asseguro a V. Ex^{as} que, apesar do desaparecimento que tanto lamentam, ainda hoje, os que acompanharam a vida pública de Paulo Guerra, a voz de Pernambuco, no que depender de mim, jamais faltará à construção de um Brasil com o qual sonhamos: uma Nação politicamente soberana; economicamente forte, e cada vez mais justa e humana.

Por mais modesto que seja o meu trabalho, na minha curta permanência nesta Casa, quero que os meus ilustres colegas o interpretem como inspirado nos mais nobres e superiores interesses de serviços prestados à Nação brasileira.

Para tanto, não me faltarão forças nem inspiração. O exemplo de pertinácia daquele a quem represento e a inspiração divina hão de acompanhar-me nesta minha passagem pelo Senado Federal. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Senador Marcos Freire, que falará pelo Movimento Democrático Brasileiro.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE. Em nome do MDB, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há exatamente 25 anos, em 24 de agosto de 1952, Pernambuco todo se traumatizava com a morte, inesperada e prematura, de um dos seus grandes líderes, que foi Agamenon Magalhães.

Propalados defeitos de sua personalidade e erros de seu comportamento, confundiam-se, em grande parte, com os da estrutura ditatorial de poder a que servira. Mas, à sua vontade férrea, de homem nascido ao sertão, acresciam-se qualidades natas de acuidade e visão de estadista.

Seria, por isso mesmo, uma das expressões maiores de nossa gente. Matuto de Serra Talhada, conseguiria romper as barreiras do provincianismo, tornando-se Professor do Ginásio Pernambucano e da Faculdade de Direito do Recife, Constituinte de 34 e 46, Interventor e Governador do Estado, Ministro do Trabalho e Ministro da Justiça.

O governo que integrou oferecia-lhe o quadro adequado para a expansão de suas idéias, voltadas para o resguardo dos interesses nacionais. Daí nossa reverência, nesta data, não apenas à sua memória, mas de igual modo, à do grande Presidente e patriota Getúlio Vargas, cujo trágico desaparecimento ocorreu, também, em um outro fatídico 24 de agosto. Nem seus méritos, nem os êxitos de então, justificariam, contudo, o sacrifício da liberdade.

O fato, entretanto, é que Agamenon rasgou grandes sulcos até hoje ainda não suficientemente aprofundados pelos que decidem neste País — em defesa do autenticamente nacional e eminentemente popular. Tornou-se grande defensor de avançadas conquistas sociais e da intervenção do poder público no domínio econômico, inclusive através do direito estatal de monopolizar determinada indústria ou atividade. Por sinal, a sua tão controvertida lei antitruste o faria alvo do furor daqueles que temiam a possibilidade de repressão efetiva contra os abusos do poder econômico.

Comandante de pulso forte, foi essa a escola política que forjou, na época impositiva da ditadura ou nos tempos abertos debates democráticos.

Pois bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a essa escola pertenceu Paulo Guerra. Viveu-a nesses dois períodos. Nela, fez sua vida pública.

Na primeira fase, Prefeito do Município de Orobó (1938/1940), Prefeito do Município de Bezerros (1940/1941), Delegado de Polícia da Capital (1941/1942), Diretor da Penitenciária Agrícola de Itamaracá (1942/1945), exerceu esses cargos, sempre, por escolha do então interventor Agamenon Magalhães.

Redemocratizado o País, Paulo Guerra permaneceu ao lado do seu grande líder, integrando o Partido Social Democrático.

Mas, enquanto Agamenon, "agressivo, por vezes, no trato dos negócios públicos, feria suscetibilidades e fabricava adversários" — segundo depoimento de seu próprio sobrinho Luiz Magalhães Melo — Paulo Guerra, ao contrário, era de temperamento ameno e corda-

to, conquistando facilmente a simpatia daqueles que dele se aproximavam. De certa forma, pode-se dizer, sem qualquer conotação pejorativa, que encarnava, muito mais do que seu chefe partidário, o hoje tão decantado "espírito pessedista" — em que pontificava a habilidade política, aberta, sempre, às composições que contornam crises e conciliam tendências em conflito.

Duas vezes Deputado Estadual (1954/1958; 1958/1962) e Deputado Federal (1947/1950; 1950/1954), Constituinte de 1946, Senador da República na atual legislatura, sua atuação — ao lado dos pronunciamentos e projetos de leis que os anais legislativos registram — denotava a bonomia característica das pessoas simples e bondosas, consolidando, no dia a dia, o conceito que constituiu em 39 anos de atividade política. Isso, entretanto, não o poupava de momentos de rompanes que também o faziam ser, paradoxalmente, um grande temperamental.

Daí por que — embora condicionado, inquestionavelmente, às circunstâncias políticas em que vivemos — vez por outra investia contra orientações, mesmo governamentais, de que discrepava. Todos estamos lembrados, por exemplo, de discordâncias explícitas que manifestou em relação à política econômico-financeira do todo poderoso Ministro Delfim Netto.

Nós mesmos, chegamos a presenciar o nosso colega de representação pernambucana fazer acres críticas ao atual Ministro da Agricultura. Assim em maio de 76, afirmava Paulo Guerra, com um jeito todo seu, que "se fecharem o Ministério da Agricultura, sem anúncios nos jornais, ninguém tomará conhecimento". E considerava, o respectivo Ministro, "um homem supersônico, mas sem trem de aterrissagem", expressando receio até de que, no dia em que ele descesse à realidade, acabasse, numa explosão, com o resto da agricultura brasileira...

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tem o aparte o ilustre Senador Orestes Quércia.

O Sr. Orestes Quércia (MDB — SP) — Senador Marcos Freire, no mesmo passo, queríamos incorporar-nos à homenagem que esta Casa presta ao ilustre Líder de Pernambuco, Paulo Guerra. Ao mesmo tempo, tendo em vista que V. Ex^a lembrou aspectos da atividade do Senador Paulo Guerra no que tange à defesa que ele sempre fez da agricultura em nosso País, eu gostaria de deixar um modesto testemunho gravado no discurso brilhante de V. Ex^a Como Presidente da Comissão de Agricultura do Senado nos dois primeiros anos desta legislatura, tivemos a oportunidade de contar com o concurso, a colaboração sempre construtiva do Senador Paulo Guerra. E, nas reuniões ou fora delas, notávamos sempre na figura daquele líder político um homem intimamente interessado na defesa constante dos problemas agrícolas em nosso País, fazendo, como V. Ex^a lembra, críticas acerbas quando era o caso, mesmo em se levando em conta o fato de ele pertencer ao Partido situacionista, o que demonstra a sua independência, o seu caráter de líder realmente autêntico que Pernambuco teve a honra de ostentar nesta Casa.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos ao ilustre representante de São Paulo a colaboração que empresta à nossa oração.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos, com muita honra, o ilustre Senador Amaral Peixoto.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB — RJ) — Eu não queria deixar de registrar no seu discurso uma palavra de saudade a Paulo Guerra que, como V. Ex^a disse no início de sua oração, foi meu companheiro no Partido Social Democrático, que tive a honra de dirigir. E ele formava, indiscutivelmente, na primeira linha, em Pernambuco, ao lado da grande figura que V. Ex^a tão bem lembra hoje, de

Agamenon Magalhães. A passagem de Paulo Guerra pelo Senado revelou este outro aspecto, que V. Ex^a ressalta agora e o Senador Orestes Quêrcia também registra: o homem da Agricultura, o homem da Pecuária, intransigente na defesa dessas duas classes tão desprotegidas, tão desamparadas em nosso País. É interessante registrar a independência com que ele, um homem do Partido do Governo, sabia erguer a sua voz, na defesa da Agricultura e da Pecuária, mesmo contrariando o pensamento do Governo. Quando tivemos aqui o projeto de lei que regulamentava a indústria açucareira no País e que tanto prejudicou o Estado de V. Ex^a como o meu — Pernambuco e Estado do Rio de Janeiro, os antigos grandes produtores de açúcar — tive em Paulo Guerra um aliado na defesa desse importante setor de atividade de nossos Estados. Associe-me, assim, às homenagens que V. Ex^a presta ao ilustre pernambucano, que formava, como já disse, na linha dos lugares-tenentes de Agamenon Magalhães, e que ocupando tantos lugares no Governo do Estado, na vida política nacional, sempre honrou os mandatos recebidos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o aparte do ilustre Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, assinando, uma vez mais, que esta homenagem a Paulo Guerra, neste 24 de agosto, como que se multiplica, pois ele proveio daquela escola política que marcou época no Brasil, que foi o PSD, nascendo dos gênios da vida pública da época, que eram Getúlio Vargas e Agamenon Magalhães. Portanto, quando o Senador Amaral Peixoto estende a homenagem a Agamenon Magalhães, uma vez mais temos de ressaltar que ela abrange também a figura singular daquele grande estadista que foi Getúlio Vargas, com quem, de perto, S. Ex^a teve o ensejo de conviver.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com a palavra o ilustre Senador Benjamim Farah.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — V. Ex^a na sua formosa oração está evocando o nome daquele grande estadista que foi Getúlio Vargas, patriota, honradíssimo, que prestou os maiores serviços a este País e cujo nome será sempre lembrado com o maior respeito e gratidão por todos os brasileiros. Sob a inspiração de Getúlio Vargas, que morreu precisamente no dia 24 de agosto de 1954, surgiram os dois partidos, o PSD e o PTB. O PTB, o partido dos trabalhadores, que está fazendo muita falta ao País, porque os trabalhadores não podem ficar sem horizonte político. Nem no MDB, nem na ARENA, os trabalhadores não encontram ainda a sua verdadeira casa e o seu verdadeiro destino. É preciso que o Brasil tenha um partido para os trabalhadores. Sobretudo para os trabalhadores ficarem vinculados às lideranças que mais convenham aos destinos deste País. Foi esta a informação que o Dr. Getúlio Vargas me deu certa vez na sua fazenda em São Borja: "Criei o Partido Trabalhista para canalizar os trabalhadores dentro de um partido brasileiro, a fim de que não caíssem na mão de lideranças inconvenientes ao Brasil". Outro partido, o PSD, o grande celeiro de estasitas. V. Ex^a ainda há pouco citou o nome do inesquecível líder que foi Agamenon Magalhães. E como Agamenon, tantos outros, dentre eles Nereu Ramos, um homem notável pela sua cultura, pela sua capacidade, pela sua inteligência, pelo seu pulso, pela sua liderança. A essa escola pertenceu Paulo Guerra, cuja memória reverenciamos hoje. Tive a honra de ser colega de Paulo Guerra na Constituinte de 1946. É com muita tristeza que digo que hoje os constituintes são poucos, no Senado, e muito menos na outra Casa do Poder Legislativo, talvez dois ou três. Aqui, temos precisamente, Magalhães Pinto, Gustavo Capanema, Amaral Peixoto, Ruy Santos, Luiz Vianna e este modesto representante do povo fluminense. Se não me falha a memória, não há mais nenhum. Estes foram colegas de Paulo Guerra, e todos nós sempre reconhecemos nele o grande companheiro, o grande lidador, aquele político, — V. Ex^a sabe melhor do que eu — queridíssimo na terra pernambucana. Era homem que tinha um

amor muito grande ao Nordeste e ao Brasil. Ainda há pouco o Senador Amaral Peixoto falou das atividades agropecuárias de Paulo Guerra. Certa vez fui designado para ir a Mato Grosso, em companhia dos Senadores Paulo Guerra e Antônio Fernandes. Ali, o Senador Saldanha Derzi nos convidou para visitar uma fazenda de um de seus parentes, no Pantanal. Gostaria que V. Ex^a tivesse assistido à alegria de Paulo Guerra pisando naquelas pequenas lagoas, vendo a riqueza daquelas terras, vendo a criação de gado. No entusiasmo do grande representante de Pernambuco, identifiquei sua vocação telúrica, seu amor à terra, sua preocupação com os problemas agropecuários. O Senado perde um grande defensor dos ideais mais puros daqueles que querem ver o Brasil caminhar, querem ver o Brasil realmente grande. Paulo Guerra foi um leal companheiro, um atleta que só mesmo uma enfermidade terrível poderia abater; um ótimo chefe de família, como bem acentuou o Senador Benedito Ferreira. Temos que lamentar o querido e nobre companheiro que perdemos, porque foi um exemplo de trabalho, de coragem e de independência; um modelo que há de servir para todas as gerações; um homem que ficará marcado no coração do povo pernambucano e dos brasileiros como um patriota que soube amar Pernambuco, soube honrar a classe política e soube ser digno deste País.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Tem a palavra o nobre Senador Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides (MDB — CE) — Nobre Senador Marcos Freire, a Bancada do MDB, na tarde de hoje, representa-se oficialmente na tribuna do Senado por V. Ex^a, que está incumbido de externar o nosso profundo pesar pela morte de Paulo Guerra, ocorrida em julho último, quando em recesso o Congresso Nacional. Ao apartear-lo agora, pretendo apenas testemunhar, da mesma forma como já o fizeram outros companheiros, em caráter pessoal, o preito da minha sincera admiração e da minha saudade àquele grande companheiro, de cuja convivência, por dois anos e meio, nesta Casa, guardo recordação verdadeiramente inapagável. Paulo Guerra foi um chefe de família exemplar, homem público íntegro, um líder partidário leal, e recebe de seus pares, nesta tarde, a consagração que lhe era devida, por uma vida reconhecidamente ilibada. Com o desaparecimento de Paulo Guerra perde o Senado um dos seus mais devotados e ilustres integrantes, e Pernambuco e o País, um filho ilustre que soube enobrecê-los e dignificá-los.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda honra, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Nobre Senador Marcos Freire, eu que me orgulho de ter sido, neste Plenário, um dos mais íntimos amigos de Paulo Guerra, trago também a minha palavra de saudade à memória daquele cujo desaparecimento hoje pranteamos. Paulo Guerra foi um forte — um forte de espírito e um forte de corpo —, tão forte que, para abatê-lo, ainda na juventude da velhice, as parcas lançaram mão da mais terrível das moléstias, aquele mal tão inflexível como a própria Átropos que nos corta o fio da vida. Ao reverenciar a memória de Paulo Guerra, o faço em meu nome pessoal e por delegação de meus companheiros de Bancada, Senadores Teotônio Vilela e Arnon de Mello, e mesmo em nome de todos os alagoanos.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos a V. Ex^a o aparte, nobre Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Ouviremos, com muita honra, o ilustre Senador Evelásio Vieira.

O Sr. Evelásio Vieira (MDB — SC) — Nobre Senador Marcos Freire, não tive o privilégio de conhecer o Senador Paulo Guerra fora do Parlamento. Aqui chegando, em 1975, em poucos meses tive a felicidade de conhecer, de respeitar, de admirar o enorme elenco de predicados de que Paulo Guerra era portador, e qualidades mais marcantes: a sua sinceridade, a sua independência, a sua decisão e a sua coragem a pautar sua luta na defesa dos interesses do Estado que representava — Pernambuco — na defesa de um Brasil maior e superior. Na grande homenagem que V. Ex^a presta ao grande Senador Paulo Guerra, a homenagem da pequena Santa Catarina.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O testemunho do Senador Evelásio Vieira, como dos demais companheiros que nos honraram com os seus apartes, vem comprovar, sem dúvida alguma, o conceito em que o Senador Paulo Guerra desfrutava nesta Casa.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com a palavra o Senador Gilvan Rocha.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Ao discurso que V. Ex^a faz em nome de todos nós do MDB, com raro brilho, acrescento a palavra do meu Estado, do Estado de Sergipe. Nesta homenagem, mais que justa a um dos maiores filhos do Nordeste, dou ênfase toda especial ao espírito realista do nosso saudoso colega, que, saindo daquela Região difícil, não se deixou contaminar pelo fascínio da grande cidade, e guardou consigo aquela fibra nordestina que continua a desafiar o tempo e os problemas.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos ao ilustre Senador Gilvan Rocha o seu aparte.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, divergências de várias naturezas, que nos separavam, não nos impediam de reconhecer os méritos de Paulo Guerra e não nos constrangem, hoje, de, reverenciando sua memória, exaltar suas virtudes. Isso, sem qualquer farisaísmo, querendo atribuir-lhe, indevidamente, auréolas de santidade ou rasgos de genialidade.

Talvez o que mais lhe valorize, mesmo, é reconhecê-lo como o homem comum que ele o era, dotado de bom-senso, para o que contribuía sua índole e um temperamento bonachão.

As crônicas assinalam episódios e ditos que, reais ou fictícios, denotam a irreverência, e até mesmo a matreirice ou o tom jocoso, com que encarava fatos que se apresentavam à sua frente.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Com toda honra, ilustre Senador.

O Sr. Adalberto Sena (MDB — AC) — A este coro de manifestação de pesar, nobre Senador Marcos Freire, não poderia faltar a voz do Acre, daquele Acre pelo qual, freqüentemente, Paulo Guerra manifestava interesse em indagações, na nossa intimidade. Mas não poderia faltar, particularmente, também a minha voz, a tal ponto chegaram os laços afetivos que nos uniam, nesta Casa. Não quero, evidentemente, falar mais das qualidades pessoais, das qualidades profundamente humanas de Paulo Guerra, também já exaltadas minuciosamente, nesta Casa. Qualidades que ele sabia tão bem traduzir naquele meio sorriso, que lhe era constante, e que traduzia muito mais para nós do que as muitas manifestações dos extrovertidos. Mas, desejo deixar registrado uma impressão particular, muito pessoal, que me ficou de Paulo Guerra: é aquela da complexidade da sua inteligência e da riqueza dos seus conhecimentos. Durante esses anos em que convivi com aquele ilustre colega, observei um fato raro no Parlamento e em todas as assembleias — é que, Paulo Guerra, formado em Direito, naturalmente com a sua formação profissional volta-

da para os estudos jurídicos, era um homem que entendia de todos os assuntos. Quantas vezes eu o vi, aqui, apartear colegas, tratando de assuntos não só jurídicos, não só agrícolas e pecuários — que era a sua especialidade, pelo menos sob o ponto de vista administrativo — mas de problemas econômicos, problemas de assistência, e, não raro, problemas até de educação. E eu notava que Paulo Guerra, nesses assuntos, descia a uma profundidade que me fazia pensar que, no Governo de Pernambuco, não foi ele um administrador que se servisse apenas de seus auxiliares, mas um administrador daqueles que vigia tudo, que estuda, que sempre procura acompanhar em cada passo e em cada setor da Administração o que se está passando, a ponto de adquirir aqueles conhecimentos que tão bem aqui extravasava nos apartes e nos discursos. Esse o registro que desejava fazer no discurso de V. Ex^a.

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — O aparte do nobre Senador Adalberto Sena vem, igualmente, fixar, de maneira precisa, vários dos caracteres da personalidade do Sr. Senador Paulo Guerra.

Falávamos nós, Sr. Presidente e Srs. Senadores, do seu espírito irreverente e, até mesmo, da matreirice com que ele enfrentava certos fatos que se colocavam à sua frente.

O Senador Murilo Paraiso teve a oportunidade de relembrar aquela sua frase, em relação a recursos dos Estados Unidos, segundo a qual "o dinheiro da Aliança para o Progresso é como a linha do horizonte; quanto mais nos aproximamos dela, mais ela se afasta de nós".

Tornou-se célebre — talvez folclórica — a estória de que nos dá conta, por exemplo, a coluna JB, de 11 de julho último:

"A memória do refinado estilo pessedista do Senador Paulo Guerra, contava-se ontem que há 11 anos, quando ele estava empenhado na eleição do Sr. Nilo Coelho para o seu lugar no Governo de Pernambuco, sentiu a necessidade de controlar com alguma precisão os votos secretos da Assembléia Legislativa.

Controlar voto secreto, como se sabe, é uma contradição em termos. A vitória de Coelho e a própria leitura das cédulas, onde cada deputado escrevia o nome do escolhido, demonstraram que algo muito bem concebido dera bons resultados.

Coelho, cujo nome completo é Nilo de Souza Coelho, fora votado como Dr. Nilo Coelho, Dr. Nilo Souza Coelho, Deputado Nilo Coelho, Deputado Nilo de Souza Coelho e assim sucessivamente.

Pela mudança do *Dr.* ou do *Deputado*, bem como pela entrada e saída do *de* e do *Souza*, tinham sido conseguidas todas as combinações capazes de testar a fidelidade dos votos comprometidos.

Paulo Guerra teve, igualmente, dimensões muito altas, que o deixam bem perante a história. Compreendia, por certo, que a política não é uma guerra e que a grandeza dos homens está na magnanimidade com que agem, quando detêm poder de decisão.

É sabido que, depois de 64, não faltaram aqueles que, se beneficiando da nova ordem das coisas, se locupletaram das posições galgadas para extravasarem seus ódios e seus recalques. Implantado o regime de força — que ainda hoje obstrui a reimplantação, entre nós, da legalidade democrática — a mesquinhez de muitos encontrou a oportunidade para vinditas e perseguições soezes.

Com Paulo Guerra foi diferente. Ele mesmo proclamava nunca ter cultivado sentimentos radicais. Assumindo o Governo do Estado nas difíceis circunstâncias de todos conhecida, tornou-se titular de faculdades discriminatórias, inclusive para aplicar sanções ditas revolucionárias. Mas o testemunho de inúmeras pessoas, envolvidas em odiosas investigações e verdadeiros processos kafkianos, foi que sua pena, malgrado as naturais pressões então existentes, foi permanentemente manejada no sentido de poupar ou amenizar punições.

São coisas como essa que podem compensar as claudicações por ventura ocorridas na vida dos homens públicos. Isso o enobrece, tanto quanto as inúmeras realizações e iniciativas que teve, como Governador de Pernambuco, em favor do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado que, atualmente, o Senador Murilo Paraiso e nós temos a honra de representar, nesta Casa.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Pois não, eminente Senador Dirceu Cardoso.

O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES) — Ilustre Senador, à ssonância de vozes pelas quais o Brasil se fez representar, nesta homenagem a Paulo Guerra, peço permissão a V. Ex^a para juntar a voz descolorida do Espírito Santo. É que Paulo Guerra representou, na política de Pernambuco e na política do meu País, uma fase de grandes realizações e de homens ilustres. O seguimento do Partido Social Democrático representado pelos homens de Pernambuco teve, na pessoa de Paulo Guerra e nos quatro outros que formaram um Pentágono ilustre de homens públicos, valores excelsos e nesses valores nós destacamos velhos pessedistas, daquele tempo, Agamenon Magalhães, Paulo Guerra, Etelvino Lins, Barboza Lima e Novais Filho. Esses cinco homens foram os pontos culminantes da política pessedista de Pernambuco, no seu tempo. Portanto, é com muita emoção que, em nome do *Espírito Santo, dos velhos pessedistas do Espírito Santo* que ainda têm a honra de se sentar aqui ao lado de um grande Presidente do nosso Partido, que tanto enobreceu e dignificou o Brasil, que é o Almirante Amaral Peixoto, venho trazer a mágoa da nossa expressão e a expressão da nossa saudade.

O Sr. Amaral Peixoto (MDB — RJ) — Muito obrigado a V. Ex^a

O SR. MARCOS FREIRE (MDB — PE) — Agradecemos o aparte do nobre Senador Dirceu Cardoso.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um outro depoimento que julgamos devido, nesta homenagem que o Senado presta, a Paulo Guerra, é referente ao papel decisivo que desempenhou, na campanha eleitoral de 1962. Arrostando dissensões, trouxe o apoio do PSD à candidatura do brasileiro reto e honesto que é Miguel Arraes de Alencar, assegurando a vitória para a chapa que integrava, como candidato à Vice-Governador. Reiteradas vezes, ouvi-o, nessa qualidade, expressando, em cima dos palanques, a sua preocupação com as investidas do capital estrangeiro sobre nossas riquezas. Não destoava, como — se vê, da tônica nacionalista da época. Era — quem sabe? — o antigo liderado de Agamenon Magalhães, agora Líder também, a ansiar a libertação pátria da servidão econômica. Político conservador, criador de gado e plantador de algodão, nem por isso era insensível a certos questionamentos do seu tempo.

O ensinamento de Ortega y Gasset — o homem e as suas circunstâncias — aplicava-se inteiramente a Paulo Guerra. Daí ter sido um vitorioso, em sua vida pública e privada.

Seis vezes disputando, na praça, mandatos eletivos, seis vezes se elegeu. Talvez por isto, após seus falecimento — e tendo em vista que o seu nome havia sido lembrado para a vaga de Senador, em 1978, sem ser por pleito direto — o jornalista Joel Pontes tenha escrito, em 20 de julho último, que

“a morte salvou-o de se tornar Senador biônico. Chego a pensar que lhe prestou uma homenagem, que respeitou o seu destino de lutador.”

Aliás, Paulo Guerra mesmo afirmou, certa vez: “Cheguei ao governo com cheiro de pólvora. Se um dia tiver de voltar, só o farei com cheiro de povo”.

Em nome do MDB, Sr. Presidente, Srs. Senadores, incorporamo-nos, pois, com muita emoção, à reverência póstuma que lhe é prestada, neste instante. Expressamos também nosso respeito, por merecimento, àqueles que mais de perto o acompanharam ao longo de sua existência, em especial à sua viúva, D^ª Virgi-

nia Borba Pessoa Guerra e aos seus filhos, representados, particularmente, por nosso colega de bancada pernambucana Deputado Joaquim Guerra. E a extensão do nosso pesar a todos os pernambucanos que, em ocasiões várias, lhe confiaram o seu voto democrático.

Com a morte de Paulo Guerra, sepultamos discordâncias ou entreveros que nos possam ter afastado, enaltecendo suas qualidades de varão ilustre de Pernambuco. Preferimos, agora, recordarmo-nos nas poucas trincheiras que nos foram comuns, não apenas nos idos de 1962 mas, mais recentemente, quando defendemos, juntos, a criação de um Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento do Nordeste. Idéia que não era exclusivamente dele nem nossa — vários outros, inclusive técnicos da região, já a haviam abraçado — mas que encontraria nos dois representantes do nosso Estado, embora de partidos adversários, honestos e entusiásticos defensores. O objetivo de superação das desigualdades regionais, que estiolam nosso País, é, por sinal, daqueles que têm aproximado sempre, através do tempo, os que vêm, de nossa região sofrida, ter assento nesta Casa Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores: neste 24 de agosto de 1977, um quarto de século após o desaparecimento de Agamenon Magalhães, como que vejo o seu vulto ao lado do de Paulo Guerra. E ambos confundindo-se com os vultos de todos os que, no passado, souberam honrar as nossas tradições, cada qual, a seu modo, a lutar, honestamente, por uma vida melhor para o Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Srs. Senadores, na eloquência dos oradores expressamos a nossa dor.

Nosso companheiro Paulo Guerra foi um Líder simples, direto, rebelado; um Líder que esquecia as convenções para cumprir o dever de protestar; um Líder que de tanto lutar sob as melhores inspirações ficou preso à terra, seu palco e sua trincheira, sua inspiração e seu destino; um Líder de Pernambuco que sentou entre nós e atuou de forma às vezes tempestuosa e radical; eu não direi ao fazer-se intérprete mas ao encarnar as aspirações do povo tão profundas entre ambos as identificações. Um Líder do Nordeste cuja paixão incontinida e arrematadora levava-o aos extremos na obstinação de defender as causas da região.

Neste Plenário não primou pelo jogo floral da retórica, nem se distinguiu pelo elogio senão à fibra daqueles que humildes lhe outorgaram o mandato de confiança. Tinha o gosto de contradita incisiva e constante, quando não irônica.

Governador de Pernambuco, consolidou uma liderança e granjeou o prestígio de notável administrador. Notabilizou-se entre nós pela autenticidade que desconhecia comodidades e protocolos. No uso de suas atribuições, afrontava autoridades e até a legenda partidária, e era capaz de gestos os mais heróicos ou desconcertantes. Não cedia ou capitulava, ousava. O sentido telúrico de sua personalidade não lhe diminuiu a dimensão. Sabia mostrar a sensibilidade de uma alma sempre inclinada a sofrer as agruras do desvalido. Tinha a visão universal dos problemas e não sabia silenciar ante o que considerava uma injustiça. Duro na luta, desmanchava-se em lágrimas de solidariedade ao amigo em desespero.

Eis alguns traços de Paulo Guerra, que nestas ligeiras palavras acentuo, para exaltar a personalidade íntegra e firme do companheiro e do colega, cuja memória, com saudade, Pernambuco pranteia, o Senado reverencia e a Nação, de que foi servidor destemido e fiel, homenageia. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Antes de encerrar a presente sessão, a Presidência convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 167, de 1977 (nº 266/77, na

origem), de 2 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Senhor Lauro Soutello Alves, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 174, de 1977 (nº 284/77).

na origem), de 10 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do General-de-Exército Carlos Alberto Cabral Ribeiro para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Sizen Sarmento.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 50 minutos.)

ATA DA 125ª SESSÃO, EM 24 DE AGOSTO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

PRESIDÊNCIA DOS SRS. AMARAL PEIXOTO E MAURO BENEVIDES

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guimard — Braga Junior — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECERES Nºs 534 e 535, de 1977

PARECER N.º 534, de 1977

(Da Comissão de Economia)

Sobre a Mensagem n.º 178, de 1977 (número 289/77 na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal, seja autorizada a Prefeitura Municipal de Guarulhos — SP, a elevar em Cr\$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Augusto Franco

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição) proposta no sentido de que seja autorizada

a Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A. — por conta do Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU, destinado ao financiamento da implantação de obras do sistema viário e infra-estrutura básica daquela cidade.

2. O empréstimo a ser contratado tem as seguintes condições gerais:

a — Valor: Cr\$ 47.300.000,00;

b — Prazos:

1 — de carência: 9 meses;

2 — de amortização: 111 meses;

c — Encargos:

1 — juros de 10% a.a.;

2 — correção monetária idêntica à das ORTN's;

3 — taxa de administração: 1% de cada desembolso;

d — Garantias: ICM;

e — Destinação dos recursos: implantação de obras do sistema viário e infra-estrutura básica da cidade."

3. Segundo a análise apresentada pelo Banco do Brasil S.A., anexa, "a operação de crédito sob exame é viável técnica e financeiramente, não devendo os encargos decorrentes do empreendimento acarretar maiores pressões orçamentárias à Municipalidade em questão".

4. A matéria é acompanhada da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda (EM n.º 151/77) favorável ao pleito da Prefeitura Municipal de Guarulhos, tendo o Conselho Monetário Nacional, em sessão de 19-5-77, se manifestado pela aprovação da operação em exame.

5. Trata-se de operação a que, por força das disposições contidas no art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11-10-76, do Senado Federal, não se aplicam os limites fixados no art. 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, haja vista que os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU, e, portanto, considerada extralimite.

6. De acordo com os registros do Departamento da Dívida Pública do Banco Central do Brasil — DEDIP — situação da dívida consolidada interna da referida municipalidade apresenta-se conforme o quadro a seguir:

Valor: Cr\$ 1,0 mil

Dívida Consolidada Interna	Posição em: 31-1-77 (A)	Operação em Exame (*) (B)	Situação Posterior à Contratação Pretendida da (C) = A + B
I — Intralimite	129,0	—	129,0
II — Extralimite	36.244,8	47.300,0	83.544,8
a) FNDU	29.924,1		
b) FAS	—		
c) BNH	6.320,7		
TOTAL GERAL (I + II)	36.373,8	47.300,0	83.673,8

7. Na forma do parágrafo único do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, o pedido de autorização para a operação de crédito, submetido pelo Senhor Presidente da República à deliberação do Senado Federal, está devidamente instruído com o parecer do Conselho Monetário Nacional, favorável ao pleito.

Cumpridas as exigências estabelecidas nas normas vigentes e no Regimento, esta Comissão conclui por aceitar a solicitação contida na Mensagem n.º 178, de 1977, do Senhor Presidente da República, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 54, DE 1977

Autoriza a Prefeitura Municipal de Guarulhos — SP a elevar em Cr\$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, autorizada, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal, a elevar em Cr\$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões e trezentos mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada interna, a fim de que possa contratar empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., por conta do Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU, destinado à implantação de obras do sistema viário e infra-estrutura básica daquela cidade.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977. — Marcos Freire, Presidente — Augusto Franco, Relator — Luiz Cavalcante — Murilo Paraiso — Orestes Quêrcia — Milton Cabral — Otair Becker.

PARECER N.º 535, de 1977

(Da Comissão de Constituição e Justiça)

Sobre o Projeto de Resolução n.º 54, de 1977, da Comissão de Economia que “autoriza a Prefeitura Municipal de Guarulhos — SP a elevar em 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões, e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada”.

Relator: Senador Otto Lehmann

Com o presente projeto de resolução da Comissão de Economia, fica à Prefeitura Municipal de Guarulhos, Estado de São Paulo, “autorizada, nos termos do art. 2.º da Resolução n.º 93, de 11 de outubro de 1976, do Senado Federal a elevar em Cr\$ 47.300.000,00 (quarenta e sete milhões, e trezentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, a fim de que

possa contratar operação de empréstimo junto ao Banco do Brasil S.A., por conta do Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU, destinada à implantação de obras do sistema viário e infra-estrutura básica daquela cidade”.

2. Com a Resolução n.º 93, de 1976 — art. 2.º —, ficaram excluídos dos limites estabelecidos pelo art. 2.º da Resolução n.º 67, de 1975, as operações de crédito contratadas pelos Estados e Municípios com recursos provenientes do Fundo de Desenvolvimento Urbano — FDU, do Banco Nacional da Habitação — BNH, e do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e, dessa forma, consideradas extralimites.

3. A matéria é acompanhada da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda (EM n.º 151/77), favorável ao pleito da Prefeitura Municipal de Guarulhos — SP, tendo o Conselho Monetário Nacional se manifestado pela aprovação da operação em pauta.

4. No âmbito da competência desta Comissão, há a ressaltar que o projeto obedeceu ao disposto no art. 42, item VI, da Constituição, às normas legais (Res. n.ºs 62, de 1975 e 93, de 1976) e o estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item III).

5. Ante o exposto, opinamos, no sentido da normal tramitação da matéria, uma vez que constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, em 24 de agosto de 1977. — Accioly Filho, Presidente, em exercício — Otto Lehmann, Relator — Itálio Coelho — Nelson Carneiro — Osires Teixeira — Wilson Gonçalves — Heitor Dias — Leite Chaves.

PARECERES N.ºs 536 e 537, de 1977

PARECER N.º 536, de 1977

(Da Comissão de Economia)

Sobre a Mensagem n.º 168, de 1977 (n.º 268, na origem) do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal, para que seja autorizado o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Milton Cabral

Com a Mensagem n.º 168, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal pedido do Governo do Estado da Paraíba, a fim de que possa contratar, junto à Caixa Econômica Federal — com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) —, a seguinte operação de crédito:

“a — Valor: Cr\$ 50.000.000,00;

b — Prazos:

- 1 — de carência: 2 anos;
- 2 — de amortização: 12 anos;

c — Encargos:

- 1 — juros de 6% a.a., cobrados trimestralmente;
- 2 — correção monetária: 40% do índice de variação das ORTN, capitalizada no período de carência e cobrada, trimestralmente, no período de amortização;

d — Garantias: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);**e — Destinação dos recursos:** financiar a construção de 12 unidades escolares e a aquisição, por desapropriação de uma outra, naquele Estado."

O Conselho Monetário Nacional pronunciou-se favoravelmente ao pleito, por entendê-lo técnica e financeiramente viável, não devendo os encargos do empreendimento acarretar maiores pressões orçamentárias ao Estado em questão.

Por seu turno, o aparelhamento do setor educacional se enquadra perfeitamente nos objetivos e diretrizes do Plano Nacional de Desenvolvimento, notadamente no que concerne à construção de unidades escolares do 1.º grau, para atender à demanda crescente de matrícula de crianças na faixa dos sete aos quatorze anos e que ainda servirão para resgatar do analfabetismo, no período noturno, outro contingente populacional, acima dos quinze anos de idade.

No mérito, o empreendimento se enquadra em casos análogos que têm merecido a acolhida do Senado Federal, até mesmo porque o investimento no setor educacional propicia as maiores taxas de retorno em relação ao capital empregado.

No particular, a construção de 7 unidades escolares no Município de João Pessoa e 1 unidade nos Municípios de Esperança, Campina Grande, Bayeux, Uirauna e Teixeira, ampliará a capacidade de matrícula da rede de ensino de 1.º grau do Estado da Paraíba em 5.760 lugares/alunos por turno, perfazendo um total de 11.520 lugares/alunos nos turnos matutino e vespertino, com grande alcance sócio-econômico, desempenhará papel fundamental para a emancipação daquela região.

Assim sendo, opinamos pela aprovação da Mensagem nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55, DE 1977

Autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É o Governo do Estado da Paraíba, nos termos do parágrafo único do art. 2.º da Resolução n.º 93/76, do Senado Federal, autorizado a contratar empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, por conta do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao financiamento da construção de doze unidades escolares e aquisição, por desapropriação, de uma outra, naquele Estado.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1977. — **Marcos Freire**, Presidente — **Milton Cabral**, Relator — **Augusto Franco** — **Orestes Quércia** — **Luiz Cavalcante** — **Murilo Paraiso** — **Otaí Becker**.

PARECER N.º 537, de 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça

Sobre o Projeto de Resolução n.º 55, de 1977, da Comissão de Economia que "autoriza o Governo do Estado da Paraíba a elevar em Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

Relator: Senador Itálio Coelho

Sob exame o Projeto de Resolução n.º 55/77, que objetiva autorizar o Governo do Estado da Paraíba a contratar, junto à Caixa Econômica Federal — com recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS) — empréstimo no valor de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a financiar a construção de 12 unidades escolares e a aquisição, por desapropriação, de uma outra, naquele Estado.

No mérito, a Comissão de Economia, considerou que a matéria se enquadra em casos análogos que têm merecido a acolhida do Senado Federal, em função da compatibilização dos objetivos do Projeto a ser financiado com o empréstimo em questão e os Planos Nacional de Desenvolvimento, que têm no setor educacional as expectativas de maiores taxas de retorno.

Nos aspectos que compete a esta Comissão examinar, entendemos que nada há que possa obstar a tramitação do Projeto de Resolução em tela, pois o mesmo é jurídico e constitucional.

Assim, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1977. — **Accioly Filho**, Presidente em exercício — **Itálio Coelho**, Relator — **Wilson Gonçalves** — **Nelson Carneiro** — **Otto Lehmann** — **Osires Teixeira** — **Heitor Dias** — **Leite Chaves**.

PARECERES N.ºs 538 e 539, de 1977**PARECER N.º 538, de 1977**

Da Comissão de Economia

Sobre a Mensagem n.º 140, de 1977 (n.º 223/77 — na origem), do Senhor Presidente da República, submetendo ao exame do Senado Federal, proposta do Senhor Ministro de Estado da Fazenda para que seja a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) autorizada a elevar em Cr\$ 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de uma dívida consolidada.

Relator: Senador Orestes Quércia

O Senhor Presidente da República encaminha ao exame do Senado Federal (art. 42, item VI, da Constituição) a Exposição de Motivos (EM n.º 148/77) do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, relacionada com o pleito da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, no sentido de obter a necessária autorização para que o Município possa elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelo artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 28-10-75, modificados pela Resolução n.º 93, de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., destinada ao financiamento dos serviços de pavimentação de vias públicas daquela municipalidade com as seguintes características:

A — Valor — Cr\$ 4.822.000,00;

B — Prazo: de amortização: 3 anos;

C — Encargos:

1 — juros de 10% a.a.;

2 — Correção Monetária: idêntica aos índices fixados para o Salário Mínimo Habitacional;

3 — Taxa de expediente: 1%;

D — Garantias: Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM);

E — Destinação dos recursos: pavimentação de vias públicas.

2. A Resolução n.º 62, de 28-10-75, anteriormente citada, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 93, de 1976, estabeleceu para a dívida consolidada dos Estados e dos Municípios novos limites máximos, levando-se em conta os seguintes critérios:

I — O montante global não poderá exceder a 70% (setenta por cento) da receita realizada no exercício financeiro anterior;

II — O crescimento real anual da dívida não poderá ultrapassar a 20% (vinte por cento) da receita realizada;

III — O dispêndio anual com a respectiva liquidação compreendendo o principal e acessórios não poderá ultrapassar 15% (quinze por cento) da receita realizada no exercício anterior;

IV — A responsabilidade dos Estados e Municípios pela emissão de títulos da dívida pública

nao poderá ser superior a 50% (cinquenta por cento) do teto fixado no item I deste artigo."

3. De acordo com o artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, com as alterações introduzidas pela Resolução n.º 93, de 1976, foram fixados para a dívida consolidada interna da Prefeitura de Várzea Paulista (SP), no presente exercício, com base na receita líquida realizada em 1976, os seguintes limites máximos:

"a) Montante Global — Cr\$ 9.062,0

(item I);

b) Crescimento real anual — Cr\$ 2.589,1

(item II);

c) Dispêndio anual máximo — Cr\$ 1.941,9 (item III);"

4. Dessa forma, para que possa efetivar-se a operação sob exame, haverá necessidade de autorização específica do Senado Federal, uma vez que, após a contratação, o endividamento consolidado interno **intra-limite** do referido Município ultrapassará os limites fixados pelos itens I, II e III, do artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, conforme o quadro a seguir (Fonte: Banco Central do Brasil).

(Valor em Cr\$ mil)

Item	Dívida Consolidada Interna Intra-limite	Parâmetro estabelecido pelo art. 2.º da Resolução n.º 62/75	Situação, posterior às contratações pretendidas
I	Montante Global	9.062,0	11.200,5
II	Crescimento real anual	2.589,1	6.422,0
III	Dispêndio anual máximo	1.941,9	4.848,7

5. O Conselho Monetário Nacional, em sessão de 19-5-77, aprovou o parecer do Relator, no sentido da assunção do compromisso ora pleiteado pela Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP), por se tratar de financiamento de serviços reprodutivos, com retorno de grande parte do capital investido, mediante a tributação aos respectivos beneficiários.

7. Com essa orientação, a Municipalidade terá condições de iniciar as obras programadas e, na medida em que for ressarcida, poderá utilizar os recursos recebidos para a realização de outras etapas.

8. Cumpridas as exigências estabelecidas no Regimento Interno e nas normas vigentes, concluímos por aceitar o pleito contido na Mensagem n.º 140, de

1977, do Senhor Presidente da República, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56, DE 1977

Autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, autorizada a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelos itens I, II e III do artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, com

redação dada pelo art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa realizar uma operação de crédito no valor de Cr\$ 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros), junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., destinada ao financiamento dos serviços de pavimentação de vias públicas daquela Municipalidade.

Art. 2.º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 10 de agosto de 1977. — **Marcos Freire**, Presidente. — **Orestes Quêrcia**, Relator — **Augusto Franco** — **Murilo Paraíso** — **Franco Montoro**, com restrições — **Dinarte Mariz** — **Domício Gondim**, com restrições à correção monetária.

PARECER N.º 539, de 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça

Sobre o Projeto de Resolução n.º 56, de 1977, da Comissão de Economia, que "autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP) a elevar em Cr\$ 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada".

Relator: Senador Otto Lehmann.

De iniciativa da Comissão de Economia, o presente Projeto de Resolução autoriza a Prefeitura Municipal de Várzea Paulista, Estado de São Paulo, a elevar, temporariamente, os parâmetros fixados pelos itens I, II e III do artigo 2.º da Resolução n.º 62, de 1975, com a redação dada pelo art. 2.º da Resolução n.º 93, de 1976, ambas do Senado Federal, a fim de que possa realizar uma operação de crédito no valor de Cr\$ 4.822.000,00 (quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil cruzeiros) junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A., destinada ao financiamento da execução de vias públicas daquela municipalidade.

2. A matéria é acompanhada da Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda (EM n.º 148/77), favorável ao pleito da Prefeitura Municipal de Várzea Paulista (SP), tendo o Conselho Monetário Nacional aprovado a operação em pausa.

3. No âmbito da competência desta Comissão, há a ressaltar que o projeto obedeceu ao disposto no art. 42, item VI, da Constituição, às normas legais (Resoluções n.ºs 62, de 1975 e 93 de 1976) e ao estabelecido no Regimento Interno (art. 106, item III).

4. Ante o exposto, opinamos no sentido normal da tramitação da matéria, uma vez que constitucional e jurídica.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 1977. — **Accioly Filho**, Presidente em exercício — **Otto Lehmann**, Relator — **Wilson Gonçalves** — **Italívio Coelho** — **Heitor Dias** — **Osires Teixeira** — **Nelson Carneiro** — **Mattos Leão**.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O Expediente lido vai à publicação.

A Presidência recebeu do Governador do Estado do Paraná o Ofício n.º S/12, de 1977 (n.º 627/77, na origem), de 24 do corrente, solicitando autorização do Senado a fim de que aquele Estado possa realizar operações de empréstimo externo no valor de US\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares americanos) para o fim que especifica.

A matéria será despachada às Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 152, DE 1977

Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho, para o fim de aperfeiçoar o funcionamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (art. 164).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O § 2º do art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) serão compostas de representantes de empregadores e empregados, com mandato de dois (2) anos e funcionarão segundo normas fixadas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, obedecidos os seguintes requisitos básicos:

I — eleição dos representantes dos empregados, sob a presidência de representante do órgão sindical correspondente;

II — obrigatoriedade de remessa de relatório semestral ao Ministério do Trabalho, sobre os acidentes ocorridos;

III — obrigatoriedade de denúncia ao Ministério do Trabalho, no caso de desídia ou recusa da empresa quanto às providências solicitadas pela CIPA para proteção de acidentes;

IV — aplicabilidade aos representantes dos empregados da estabilidade provisória a que se refere o § 3º do art. 543, CLT, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5.911, de 27 de agosto de 1973."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

As CIPAs (ou Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) poderiam ser o grande e eficaz instrumento à disposição do Ministério do Trabalho e da legislação social em geral, para diminuir os alarmantes índices de acidentes do trabalho registrados em nosso País.

Entretanto, a sua organização e funcionamento, regrados pelo art. 164, CLT, bem como pela Portaria DNSHT n.º 32, de 29 de novembro de 1968 e pela Portaria MTb n.º 3.237, de 27 de julho de 1972, deixam, ainda, muito a desejar, ressaltáveis, dentre outras falhas, as que se relacionam com a total falta de garantias dos representantes dos empregados que, uma vez conduzidos às CIPAs, se sujeitam a toda sorte de pressão do empregador. Os órgãos sindicais, de sua parte, têm pouca ou nenhuma influência na escolha dos representantes dos empregados, o que não só desvaloriza a atuação da entidade de classe como, também, permite fraudes nas respectivas escolhas.

O Projeto de Lei que ora oferecemos à consideração da Casa, determinando a alteração do § 2º do art. 164 (com o acréscimo de incisos, de I a IV), objetiva, justamente, aperfeiçoar a organização e funcionamento das CIPAs, a fim de que tais comissões cumpram efetivamente a finalidade para a qual foram instituídas, dentro da maior isenção possível.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 1977. — **Nelson Carneiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Consolidação das Leis do Trabalho

SEÇÃO II

Prevenção de Acidentes

Art. 164. As empresas que, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, estiverem enquadradas em condições estabelecidas nas normas expedidas pelo Departamento de Segurança e Higiene do Trabalho, deverão manter, obrigatoriamente, serviço especializado em segurança e em higiene do trabalho e constituir Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) (V. Port. 32, de 29-11-68, na pág. 305).

§ 1º O Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho definirá as características do pessoal especializado em segurança e higiene do trabalho, quanto às atribuições, à qualificação e à proporção relacionada ao número de empregados das empresas compreendidas no presente artigo. (V. Port. 3.237, de 27-7-72, na pág. 313.)

§ 2º As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) serão compostas de representantes de empregadores e empregados e funcionarão seguindo normas fixadas pelo Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 167, de 1977 (nº 266/77, na origem), de 2 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do Sr. Lauro Soutello Alves, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República das Filipinas.

Item 2:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Mensagem nº 174, de 1977 (nº 284/77, na origem), de 10 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado a escolha do General-de-Exército Carlos Alberto Cabral Ribeiro para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Sizeno Sarmiento.

As matérias constantes da Ordem do Dia, nos termos da alínea "h" do artigo 402 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias a fim de ser mantido o preceito regimental.

(A sessão torna-se secreta às 18 horas e 39 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Há orador inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não sei quando a Reclassificação de Cargos, em execução desde o Governo anterior, será uma obra completada, com a revisão de erros e injustiças cometidos contra muitos servidores e, de forma muito especial, contra os inativos. Continuo a receber farta correspondência, contendo apelos para que interceda desta tribuna em favor de injustiçados. Parece-me incompreensível que assunto de tamanha relevância social se arraste anos a fio, como interminável novela, e erros e injustiças permaneçam sem correção. Além do aspecto social e de justiça implícito no problema, é grande o desgaste do Governo, especialmente do DASP e de órgãos como a REFESA, EBCT e Ministério dos Transportes, os mais acusados de morosidade, desrespeito à lei e tanta coisa mais. É inadmissível que o clamor de tantas vozes que encontra sempre ressonância junto ao Chefe do Governo — é justo dizer —, não encontre amparo e sequer um mínimo de simpatia humana nesses órgãos, como se neles houvesse quem se deleitasse com as aflições de tantos brasileiros. Já foi imenso o erro — e, a nosso ver, inconstitucionalidade — das disposições diversas dos Decretos-leis nºs 1.256/73 e 1.325/74, fonte de tanto descontentamento e tanta injustiça.

"Como não bastasse o esbulho dos direitos adquiridos, no decorrer de longos anos de trabalhos e sacrifícios nas repartições, com a implantação do malfadado Plano de Classificação de Cargos, ainda atrasam os pagamentos de proventos, auxílio-funeral, diferenças diversas de proventos, extraviam contracheques; morosidade excessiva para despachar requerimentos, fazem exigências absurdas, etc."

É trecho de uma carta em que um inativo do Ministério dos Transportes expõe sua difícil situação, reclamando contra novo atraso no pagamento, por esse Ministério, do pessoal aposentado. Diz ele ter o ex-Presidente Castello Branco baixado decreto impondo punição aos responsáveis pelo pagamento de proventos de inatividade, reclamando o cumprimento desse decreto, que estaria em vigor. Afirmativa idêntica, aliás, é feita em carta publicada em *O Globo*, do dia 9 de abril, na seção Carta aos Leitores, assinada por Otacílio Teles Martins.

Sr. Presidente, é preciso que o Governo ponha fim a essas distorções, a abusos inaceitáveis e que representam graves descumprimentos à lei e a reiteradas determinações do Presidente da República. É notório que o Ministério dos Transportes vive uma de suas piores fases, não pagando dívidas acumuladas a empreiteiros e fornecedores; paralisando obras; o fracasso total do programa rodoviário e o espantoso episódio da Ferrovia do Aço, destinado a tornar-se histórico. O Ministério tem estado constantemente em lugar de realce no noticiário da imprensa e quase sempre de forma a mais lamentável. Parece evidente a existência ali, além da escassez ou falta de verbas, de uma crise administrativa séria. O mínimo que se pode esperar desse Ministério é que não prejudique ou lese seu pessoal, ativo ou inativo, não procrastinando a decisão de requerimentos e pagando em dias seus aposentados. Este o apelo que, atendendo a missivistas, que deram 30, 40 anos de sua vida ao Ministério, formulamos ao Ministro Dirceu Nogueira. Que S. Exª interfira com firmeza, para que cessem esses abusos e a lei seja cumprida, não sacrificando ainda mais inativos que sobrevivem a duras penas, seus proventos sempre roídos pela inflação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 231, de 1977, do Senhor Senador Braga Júnior, solicitando a transcrição, nos Anais

do Senado Federal, dos discursos proferidos pelo Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel e pelos Ministros Armando Falcão e Reis Velloso, no dia 3 de agosto de 1977.

— 2 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1977 (nº 3.155-B/76, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que altera a redação do § 3º do art. 24 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que "dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social", tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 460 e 461, das Comissões:

- de Legislação Social; e
- de Finanças.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 19, de 1975, do Senhor Senador José Esteves, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960, tendo

PARECERES, sob nºs 401 a 404, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos do Substitutivo que apresenta, com voto vencido do Senhor Senador José Lindoso e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Itálio Coelho; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Serviço Público Civil;

— de Serviço Público Civil, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido, em separado, do Senhor Senador Braga Júnior.

— 4 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 237, de 1976, do Senhor Senador Itamar Franco, que dispõe sobre o ensino obrigatório, em todos os cursos jurídicos do País, da disciplina "Direitos Humanos Fundamentais", tendo

PARECERES, sob nºs. 405 e 406, de 1977, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Educação e Cultura, favorável, com voto vencido do Senhor Senador Cattete Pinheiro, e voto vencido, em separado, do Senhor Senador Otto Lehmann.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 1975, do Senhor Senador Franco Montoro, que permite ao segurado do INPS a designação de mais de uma pessoa que viva comprovadamente sob sua dependência econômica, dando nova redação ao item II do art. 11 da Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 375, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça (ouvido o Ministério da Previdência e Assistência Social), pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

— 6 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 230, de 1976, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre o seguro desemprego, a cargo do INPS, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 213, de 1977, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Accioly Filho, Nelson Carneiro e Dirceu Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVELÁSIO VIEIRA NA SESSÃO DE 23-8-77 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Diante de mim, a primeira página do *Correio Brasileiro*, edição de hoje, que estampa como notícia principal, como fato principal uma ocorrência que nos constrange, entristece e envergonha, como Senadores da República e como brasileiros.

O Título principal "Mais de um Milhão de Sacas à Espera das Chuvas"; duas fotos ampliadas que nos oferecem o quadro entristecedor: milhares de sacas de milho empilhadas, caminhões se preparando para o transporte.

Diz o texto:

"O *Correio Brasileiro* viveu ontem o drama de milhares de produtores de milho de Minas e de Goiás que estão vendo o período de chuvas se aproximar, mas sem que o Governo providencie o escoamento da superprodução deste ano, cuja maior parte aguarda, a céu aberto, tanto a providência oficial quanto o ofício da Providência. A Comissão de Financiamento da Produção garante o preço de 64 cruzeiros por saca de milho, mas, como o processo de escoamento é lento e o período das chuvas se aproxima, muitos produtores já estão aceitando até 30 cruzeiros por saca. Em Unai, a produção de milho deste ano foi superior a dois e meio milhões de sacas e mais da metade desse total está ao relento, coberta só na parte de cima por lonas rasgadas, um precário abrigo contra o sol apenas. Calcula-se que 300 caminhões saindo de Unai carregados, todos os dias, consumiriam mais de dois meses para escoar apenas a parte não armazenada do milho produzido."

Ontem, tivemos conhecimento de toneladas e toneladas de cebolas, lançadas ao rio São Francisco ou sendo queimadas; ontem, tomamos conhecimento de que produtores de arroz, em Jataí, no interior de Goiás, ameaçavam lançar também nos seus rios os seus estoques de arroz; lá no Sul do Estado de Santa Catarina, produtores de mandioca angustiados pelo desamparo, perdendo suas safras de mandioca.

Enquanto isso, o carioca, o brasileiro, comendo feijão importado do México. Por que, Sr. Presidente e Srs. Senadores, acontece isso no nosso País?

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Acontece porque o Governo Federal não tem sido capaz, inteligente, hábil, em criar, em expandir, os instrumentos para o desenvolvimento e para o aproveitamento, principalmente, daquilo que produzimos na nossa agricultura.

Por falta de uma estrutura de comercialização, estamos a cada instante contemplando com tristeza os brasileiros a produzir e as safras a se perderem.

O Sr. Benjamim Farah (MDB — RJ) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouvirei o Senador Gilvan Rocha e, na sequência, V. Exª

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Está V. Exª coberto de razão, meu caro Senador. Aqui, nesta Bancada, temos sido unânimes em condenar a pouca ênfase que se dá à agricultura neste País. Agora mesmo, quero associar outra notícia de jornal, provavelmente de hoje, que reforça aquela nossa argumentação de que o Governo não deu a importância devida ao setor agrícola no País e entrou numa aventura de industrialização que tem trazido certos resultados não convincentes no País. Toda a Casa sabe, o Brasil sabe, já está na História do Brasil, a inadimplência que fez com que o Governo so-

corresse empresas falidas em mais de 21 bilhões de cruzeiros. Mas, nessa mesma edição, se não me engano, no mesmo registro de imprensa, que traz esse terrível drama de produtores de milho, há também a declaração de uma autoridade governamental, já anunciando um novo saneamento financeiro, nas empresas hoteleiras do País, em que iremos desembolsar 2 bilhões de cruzeiros em hotéis de luxo absolutamente insolventes. Vê V. Ex^a que temos razão, mais uma vez, em chamar a atenção do Poder Público para o fato de que a nossa vocação, o nosso destino e, hoje, até a nossa balança de pagamentos dependem de um cuidado mais efetivo da nossa produção agrícola. Está V. Ex^a contribuindo, com essa denúncia, positivamente, para que se corrijam erros do nosso desenvolvimento.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado. Ouço o nobre Senador Benjamin Farah.

O Sr. Benjamin Farah (MDB — RJ) — Realmente, V. Ex^a tem toda a razão. V. Ex^a está numa batalha, há longo tempo, em favor da agricultura, o que muito dignifica V. Ex^a e a esta Casa. Está, V. Ex^a, cumprindo fielmente com o seu dever de representante do povo, mas está atendendo a uma classe que não pode vir aqui pressionar; a uma classe que fica à distância, na luta de sol a sol, cavando a terra, plantando, suando, produzindo alimentos para que possamos viver. E que decepção para eles! O seu produto não encontra o amparo e o preço necessário, que corresponda ao seu esforço. Por outro lado, apesar da superprodução de milho, de arroz, de mandioca e de vários produtos agropecuários, os preços aumentam constantemente nas cidades. Em toda a parte, quando aumenta a produção os preços baixam nas cidades. Aqui no Brasil acontece o contrário, quer dizer, o intermediário está aí para sugar as últimas gotas de sangue de uma população sofrida. Estou de acordo com V. Ex^a que está dando um grande respaldo à nossa Bancada e ao nosso Partido. Isso é que é Oposição; Oposição que vem construir. V. Ex^a demonstra que nós somos um Partido que está à altura das nossas responsabilidades. Parabéns a V. Ex^a e ao próprio Senado, pelo discurso que estamos ouvindo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço o nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Senador Evelásio Vieira, existe no Congresso, em andamento, já aprovado por algumas das Comissões, mas encontrando dificuldades em outras, um projeto de nossa autoria através do qual procuramos assegurar ao lavrador, ao produtor, o direito de pagar o seu débito, o seu financiamento no Banco, com o produto colhido, ao nível dos preços mínimos. Esse projeto teria a finalidade, de, numa hipótese dessas, esses lavradores, todos devendo aos bancos particulares e oficiais, entregarem seus produtos, pelo menos, ao preço mínimo que o Governo estabelece, e não por trinta cruzeiros; extremamente aviltado, como V. Ex^a está mostrando. Esse projeto teria essa finalidade. Quer dizer, seria uma palinódia, um paliativo para situações como esta. Porque na realidade o programa tem que ter outra conotação. Em nosso País, um assunto de tamanha importância, para a grande maioria produtora, não pode ficar confiado a interesses transitórios de intermediários. O Brasil tem que entrar diretamente no mercado, na compra da produção, através das suas *Trade Companies*, através da COBEC e através da BRASPETRO, e essas firmas nem sequer usariam dinheiros maiores, mesmo porque o Banco financia, inclusive, essas compras. Veja V. Ex^a, enquanto o País não tiver firmas desta natureza, que comprem e vendam tudo, que estoquem produção, que controlem o mercado, nós sempre estaremos em situação triste como esta, tendo milho em excesso neste ano para, seguramente, no ano que vem, não termos milho e estarmos importando do México, a exemplo do que está ocorrendo com o feijão, com o leite, com o arroz, com tudo.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Com o arroz da Itália.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Então, V. Ex^a suscitando este ponto está mostrando que o nosso Partido continua como um guarda pênalti do interesse da maioria deste País. Interesses esses, humanos e justos, aos quais um país ou um governo não pode ser alheio. Todos nós reconhecemos a falência total deste modelo, e essa falência é surpreendida em tudo, até nos problemas mais comezinhos da lavoura, que eles não resolveram: são bancos falindo, hotel financiado com dinheiro do Governo falindo, quer dizer, é uma falência total, é uma falência absoluta. Então, para quem nunca acreditou nisto, evidentemente não é uma surpresa, mas para a parcela que acreditou, realmente a decepção está sendo grande. E é por isto que, hoje, há motivos para que 80% do País anseiem por uma modificação do regime, pela institucionalização do Estado de Direito. Muito obrigado a V. Ex^a

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu é quem agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Leite Chaves.

Ouço o nobre Senador Itamar Franco, em primeiro lugar, e posteriormente ouvirei o nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Itamar Franco (MDB — MG) — Agradeço a gentileza do nobre Senador Heitor Dias. Senador Evelásio Vieira, pouca coisa tenho a acrescentar, após os pronunciamentos dos Senadores Gilvan Rocha, Benjamin Farah e Leite Chaves. Faz bem V. Ex^a em trazer esse reclamo dos produtores mineiros e goianos em relação ao milho. Há hoje no produtor rural um pessimismo, um desalento, face à política governamental. V. Ex^a lembrou, por exemplo, o caso das cebolas. Quem aqui, não se recorda das palavras candentes do saudoso Senador Paulo Guerra, quando protestava, desta mesma cadeira ao lado, quanto à possível importação de cebolas ao Brasil, quando no Nordeste a cebola estava sendo queimada, como V. Ex^a mais uma vez traz ao conhecimento da Casa? A política do Governo sofre alternativas constantes. Veja, V. Ex^a, por exemplo, o caso do fosfato, que tanto interessa à agricultura; as famosas jazidas de fosfato de Patos de Minas. O que é que pretende o Governo Federal? Por incrível que pareça, industrializar esse fosfato em São Paulo, e não em Patos de Minas, no local da jazida, onde a fábrica deveria estar. Ou então deslocar esse fosfato, *in natura*, através do Rio São Francisco até Pirapora, para que ele chegue ao Norte. Essa tem sido a política do Governo! Meus parabéns a V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu é quem agradeço a intervenção de V. Ex^a

Concedo, agora, o aparte ao nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Nobre Senador, esta Casa, como todo o Congresso, é para auscultar, sentir e proclamar as reais necessidades do País, trazer à baila os seus problemas, as distorções que possa haver, e V. Ex^a, no particular, cumpre a sua missão. A verdade é que criticar é sempre fácil, mas permita que eu diga que desconhecer o interesse do Governo pelo problema agrícola é negar a contribuição que a agricultura tem trazido ao crescimento do nosso Produto Interno Bruto. Da maneira como V. Ex^a falou nem tanto, mas alguns apartes deixaram transparecer que tudo isso decorre da falta de uma orientação do atual Governo, uma orientação segura. Usando a expressão do ilustre Senador pelo Paraná, "da falência da administração". Permita-me V. Ex^a que eu me alongue um pouco mais, para colocar os pontos nos iis. A Oposição, com razão, devo dizer, não cansa de proclamar as benemerências do Governo do pranteado presidente Juscelino Kubitschek. Homem de trabalho, de visão, que marcou, sem dúvida alguma uma época na Administração brasileira. V. Ex^a sabe, como sabe a Casa, porque somos

praticamente da mesma geração, que no Governo de S. Ex^a também houve uma crise terrível em matéria de feijão, o que determinou, também, como agora, a importação de feijão do México, o que ainda ocasionou uma grande celeuma envolvendo, na época, precipitadamente — é bom que se diga — nomes da antiga COFAP. Sabe V. Ex^a que a produção agrícola está sujeita a fatores diversos. Não é por outra razão que países altamente desenvolvidos se vêem, de uma hora para outra, com problemas de produção agrícola. O feijão sofreu, na sua produção, uma grande crise. Na Bahia, por exemplo, onde há uma zona altamente produtora de feijão, foi vítima de uma prolongada seca, que determinou a perda de quase toda a safra. Todos conhecem, aqui, a zona de Irecê. De modo que, meu caro colega, não me deixo, também, levar de primeira por um simples noticiário de jornal: às vezes a informação não foi bem-vinda, não foi bem trazida...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — E ela não é bem-vinda mesmo!

O Sr. Heltor Dias (ARENA — BA) — ... exigindo uma pesquisa de maior profundidade. Mas, o meu aparte é apenas para dizer a V. Ex^a que o Governo tem estado atento ao problema da agropecuária, mas é um problema complexo que exige uma série de medidas que nem sempre podem ser tomadas como todos desejamos e como se precisa.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Movimento Democrático Brasileiro não critica pelo prazer da crítica. Quando critica está a cumprir uma missão, mas preocupa-se sempre, à par da crítica, em apresentar sugestões, oferecer medidas que possam possibilitar a eliminação dos problemas, para que possamos ganhar em produtividade para o nosso melhor bem-estar.

Mais de um milhão de sacas, aguardando escoamento, produção que poderá ser perdida. A culpa de quem? Do Governo Federal. Por quê? Porque não constrói armazéns. Tivéssemos neste País, tivéssemos em Goiás, em Minas, uma rede de armazéns, os produtores não estariam correndo o risco de perder o produto do seu trabalho e do seu capital. Mas o Governo, nós reconhecemos, tem boa vontade, tem boa intenção, tem bons programas: nos papéis, nas prateleiras. Mas não tem a capacidade, não tem aquilo que Evandro Carreira há pouco falou, — discernimento, perspectiva, horizonte amplo, para impedir que fatos dessa natureza aconteçam constantemente, como aconteceu com a cebola. E por quê? Porque, neste País, não há uma política ordenada, uma política de planejamento em nenhum setor.

Se o Governo Federal, o Ministério da Agricultura, realizasse um trabalho, uma ação de produção coordenada com as Secretarias dos Estados, não estaríamos vendo o Estado de Pernambuco perder parte expressiva da sua produção de cebola.

Se o Governo, através dos seus organismos, orientasse melhor os produtores, não aconteceria aquilo que aconteceu no Vale do São Francisco; em Belém e em outras cidades: produtores de cebolas comprarem, de empresas multinacionais, sementes de péssima qualidade e, agora, eles vêem o produto do seu trabalho, do seu capital, desaparecer.

Falou muito bem o Senador Gilvan Rocha — e nós temos aqui falado constantemente: ao invés de o Governo dar prioridade ao setor industrial, na busca das exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, desse mais ênfase a sua política agropecuária, instrumentando melhor os nossos agricultores, esses graves problemas não estariam ocorrendo constantemente. E como seria essa instrumentação? Rede adequada de silos e armazéns; construção de armazéns com câmaras frigoríficas; implantação do seguro

agrícola; criação de patrulhas mecanizadas; crédito agrícola também para o pequeno produtor brasileiro. A quase totalidade do pequeno produtor agrícola, neste País, não tem acesso ao crédito agrícola; são as próprias autoridades do Governo Federal que proclamam isso.

Se o Governo Federal, ao invés de construir rodovias pavimentadas na Amazônia, para servirem de passarela para desfile de índios, e criasse rodovias alimentadoras, estradas vicinais; se o Governo reparelhasse e modernizasse as nossas ferrovias, desse desenvolvimento ao transporte fluvial, modernizasse os nossos portos, não teríamos preços para vários produtos agrícolas melhores, na fazenda, do que os americanos.

Teríamos, também, no porto de embarque, encontrado preços competitivos no exterior. Se o Governo, ao invés de exportar o milho, ao invés de subsidiá-lo, ele criasse um preço mínimo compensador para o suíno, neste País; se o Governo desse apoio àqueles criadores que se dedicam à avicultura, estaríamos exportando carne de suíno e carne de aves, tendo uma maior rentabilidade interna.

Entretanto o Governo assim não age. Por que falta boa vontade? Não. Também entendemos que o Governo Federal tem boa vontade, mas é um Governo incapaz, um Governo que não sabe discernir aquilo que é prioritário e não prioritário. Mas, o Governo não age nesse campo. Poderia, dando desenvolvimento à agricultura, estar fortalecendo o mercado interno, melhorando o poder de compra de 40 milhões de brasileiros da área rural, para consumir mais manufaturados que nós produzimos e que temos que entregar lá fora por preços menores do que são adquiridos no nosso País.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não criticamos apenas pela satisfação de criticar.

O Sr. Heltor Dias (ARENA — BA) — Até agora por criticar. Criticar por criticar!

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Nós estamos criticando e apresentando as medidas adequadas para eliminação das distorções.

O Sr. Heltor Dias (ARENA — BA) — Não, perdoe. Perdoe. V. Ex^a quando fala "por que não constrói armazéns", deixa transparecer que este Governo não construiu armazéns. Quando V. Ex^a fala que não dão crédito ao produtor, V. Ex^a nega que esteja havendo crédito.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Permite-me um aparte, nobre Senador?

O Sr. Heltor Dias (ARENA — BA) — V. Ex^a se candidata, e, naturalmente, se dependesse de mim, V. Ex^a poderia ser o milagroso Ministro da Agricultura, para salvar o País, como se o civismo, o discernimento, o patriotismo, pudesse ser monopólio de alguns, da Oposição. Se V. Ex^a me disser que existe erro no Governo, na Administração, é claro que tenho que reconhecer que existe, porque errar é humano.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Mas, tanto assim, não.

O Sr. Heltor Dias (ARENA — BA) — O que eu não posso aceitar é que o que chega para V. Ex^a, para mim, para tantos, não tenha também chegado para homens ilustres que ocupam os Ministérios, a Presidência da República, como se o conhecimento dessas pequenas coisas fosse um privilégio da argúcia, do civismo, da inteligência, da cultura da ilustre Oposição brasileira da qual V. Ex^a é um pontífice.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Nobre Senador Heltor Dias, veja que a Oposição é tão benevolente, tão generosa, que V. Ex^a nem solicita aparte, interrompendo nossa fala para ouvi-lo mas, infelizmente, não temos a oportunidade de escutar uma explicação, pelo menos razoável, dos desacertos do Governo.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Faça crítica razoável.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Nós não temos culpa; se culpa há é do *Correio Braziliense*, que estampa esse quadro envergonhador. Por que isso acontece? Porque não tem armazéns e silos. Por que não existem armazéns e silos? Porque o Governo é incapaz de fazê-los. Falta de dinheiro? Não é. Porque V. Ex^a sabe perfeitamente que o Governo Federal injetou no mercado financeiro 21 bilhões de cruzeiros e o Ministro da Fazenda confessa que perdeu 10 bilhões de cruzeiros.

Quantas centenas de silos e armazéns não seriam construídos com os 10 bilhões de cruzeiros que foram entregues, de mãos beijadas, para homens, provavelmente, apadrinhados por autoridades federais?

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Estamos criticando, mas também sugerindo medidas. Não hoje, mas de há muito tempo, nobre Senador Heitor Dias.

Questão de ordem: ouvirei o Senador Leite Chaves, pelo Paraná, que é o segundo produtor agrícola do Brasil, para, na sequência, ouvir novamente a voz da Bahia.

O Sr. Leite Chaves (MDB — PR) — Gostaria que V. Ex^a dissesse o seguinte: é o primeiro do País. O Paraná, sem ofensa aos outros Estados, concorre com 18% da produção agrícola nacional e quero dizer a V. Ex^a — para tristeza nossa e espanto da Casa — que o Brasil está importante café; já foi o maior produtor mundial de café, já produziu 80% do café do mundo; está importando feijão, e tem condições de vender feijão para o mundo inteiro; está importando borracha, já foi o maior produtor mundial de borracha, aliás, a borracha é originária daqui; trigo — estamos importando trigo. Saiba V. Ex^a que apenas no terreno destinado à soja, onde se planta soja num país, somente neste terreno, nós teremos condições, sem maiores gastos, de produzir trigo para satisfação integral do País, com a economia nacional anual de 700 milhões de dólares. Estamos importando leite — temos um dos maiores rebanhos do mundo — e estamos importando carne, tudo isso neste Governo. Quando V. Ex^a diz que o Governo é incompetente, não está ofendendo ninguém, nem querendo ofender; está dando testemunho de uma realidade, num país destes nós estamos reduzidos a isto. O mercado bancário está falido, os hotéis financiados com Imposto de Renda falido. Eles só fizeram duas coisas neste País: concentrar o privilégio dos latifúndios e das grandes fortunas, então, o País está nesta penúria. Quanto o Senador Heitor Dias, representando o Governo e a Maioria, vem com este exemplo de que na época de Juscelino também houve importação de feijão, quer dizer, é até risível o exemplo, mesmo porque, nem sequer os exemplos passados o Governo atual observou. Porque o Governo vigilante é o que observa os fracassos passados, para acertar. Quando ocorreram falhas, repetidas, o erro é duas vezes maior, porque se deixa de observar aquele princípio de que, quem não observa a História, sente ou sofre o castigo de vê-la repetir-se. Estamos diante desta realidade triste e cruel. E, quando ele diz que o Governo tudo faz — mas ninguém pediu — ele se arvorou de competente, tomou as rédeas do País e prometeu milagres. E o milagre é esta dolorosa fantasia, este pesadelo que estamos sofrendo. E quando nós fazemos assim, não apenas exprimimos o que sentimos, mas a realidade que vemos em nossos Estados. Os protestos no Paraná são tocantes, são chocantes. E o pior de tudo é que eles têm motivação para isso. Quer dizer, ele é um dos maiores Estados produtores do País, senão o maior deles, que está sofrendo esse desalento em todas as faixas da sua população. De forma que o pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno. O que V. Ex^a traz ao conhecimento da Casa não é apenas o testemunho de um fato, é uma acusação.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Permite V. Ex^a um aparte?

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Nobre Senador Heitor Dias, ouvirei V. Ex^a dentro de instantes. O Senador Evandro Carneira desde que chegou a esta Casa, em 1975, desfraldou a bandeira em favor da reativação da borracha no seu Estado, neste País, com a sua tenacidade, com a sua persistência, e começam a surgir frutos. E ele nunca criticou por querer criticar, mas no sentido de auxiliar o Governo Federal a corrigir os erros. Hoje, esta Casa mais uma vez, fez justiça ao trabalho do Senador Evandro Carneira, através da palavra do Senador Altevir Leal, da ARENA. E é exatamente o representante do Acre que gostaríamos de ouvir nesta oportunidade.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Nobre Senador Evelásio Vieira, criticar é muito bom.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Acho que não é bom, melhor é ficar no blá, blá, blá...

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Quando o Governo financia e tem excesso de produção V. Ex^as reclamam; quando o Governo não financia e não tem excesso de produção V. Ex^as reclamam. Para dar um exemplo simples, no Acre, agora mesmo, nós sofremos excesso de produção de arroz. O Banco do Brasil, por decreto do Senhor Presidente da República, tem obrigação de comprar o excesso de produção ou pagar pelo preço mínimo à produção, ao agricultor. Então, estão lá, no Acre, milhares e milhares de sacas de arroz que vão ser jogadas fora muito breve, porque o Governo comprou, amparou os agricultores e vai arcar com o prejuízo; vai queimar ou jogar fora, mas, pelo menos, é uma demonstração de que o Governo do Presidente Geisel tem procurado acertar. Se por um acaso está aparecendo esse erro, é uma coisa natural, é normal. Um outro ponto de vista: o agricultor só fala em pedir, financiamento para o plantio e não para construir seus próprios armazéns, fica esperando eternamente pelo Governo. Ora, temos que acabar com esse negócio de paternalismo. Acabou o tempo do paternalismo, cada um tem que fazer por si, para que o Governo amanhã conte também com os esforços dos agricultores. Só assim o Brasil sobe. Se não for desta forma o Brasil continuará sofrendo eternamente. Era isso que tinha a dizer.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — V. Ex^a falou que em breve toneladas e toneladas de arroz, no Acre, serão queimadas e jogadas aos rios. Má prova, mais uma, da incapacidade do Governo Federal. Governo capaz, o que faria? Daria recursos para desenvolver a cultura da borracha, para desenvolver outras culturas para a subsistência da população do Acre.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Mas nós vivíamos eternamente importando arroz.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Se houvesse um planejamento neste País, isso não estaria acontecendo no seu Estado. Acontece pela incapacidade do Governo Federal. O Governo deveria financiar aquilo que não vai prejudicar outras áreas, aquilo que não ficará na ociosidade, aquilo que não se perderá. Com planejamento nós não teríamos essas superproduções que estão a ocorrer. V. Ex^a traz um dado muito importante que evidencia o desacerto do Governo Federal na política agrícola.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — O arroz não tem condições de ser transportado daqui para lá pelo aumento de preço do frete.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — O Governo deveria financiar, Senador Altevir Leal, o suficiente para atender as necessidades das populações.

O Sr. Altevir Leal (ARENA — AC) — Acontece que a maior parte do arroz de lá não é financiado, é tudo recurso próprio.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Pior ainda. Acho que agora há um equívoco do Senador pelo Acre. O Senador Evandro Carreira, que conhece bem a Amazônia, conhece bem o Acre, poderia prestar esclarecimentos corretos.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Conheço! Nobre Senador Evelásio Vieira, estou surpreso com o aparte do eminente Senador Altevir Leal que é, inegavelmente, um representante lúcido, mas que se equivocou seriamente, agora. O problema é apenas de escoamento, dentro daquela visão global a que V. Ex^a se refere. V. Ex^a preconiza uma visão panorâmica, total. O estadista é aquele que planeja globalmente. Ora, se o Acre está produzindo arroz e o Governo tem conhecimento de que foi plantado arroz, para colher uma quantidade que o Acre, só, não vai absorver, esta quantidade tem que ser comercializada, tem que ser escoada para outras áreas carentes de arroz, para regiões, como a do meu Amazonas que passa fome porque não tem arroz. Bastaria o dinheiro dispendido na Transamazônica, que não tem condições de escoar arroz do Acre, porque não suporta caminhões com mais de quatro toneladas no eixo, porque foi uma estrada feita sob o impacto da emoção, uma estrada faraônica, uma estrada à Queóps, à Miquerinos, uma estrada sem nenhum sentido. Se tivéssemos, globalmente, como V. Ex^a diz, orientado a construções de chatões, de embarcações próprias para a Amazônia, estaria certo. Não é comprar embarcações em Hamburgo, em Liverpool, que atravessam o Canal da Mancha. Até nisso, nós macaqueamos na Amazonas. A construção naval, a engenharia naval da Amazônia é cópia de uma engenharia atlântica e mediterrânea. No Amazonas, têm as embarcações que possuem o fundo de prato, não pranchões descendo o rio Purus, saindo do Acre, descendo o rio Juruá e indo, como dizemos na linguagem vulgar, indo de bubuia, quer dizer, flutuando no caminho que anda que é o rio, até Manaus, às fontes de consumo, Santarém, Manaus etc. Descendo o rio sem nenhum dispendio. Qualquer motor de 30 ou 40 cavalos pode orientar uma embarcação de 500 toneladas descendo o rio porque é o caminho que anda. Então o problema, como V. Ex^a situou muito bem, é uma falta de visualização global, é uma falta de planificação global. Se vou produzir feijão na Paraíba e sei que os hectares plantados vão além da capacidade de absorção do mercado paraibano, tenho que cuidar do escoamento do excesso. Isso é primário! Isso, já José, no Antigo Egito, diante do problema das espigas magras e das espigas gordas, já usava esta técnica, nobre Senador, no Egito de 3 mil anos antes de Cristo.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço com prazer o nobre Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Não é de se estranhar porque até a Bíblia está sendo distorcida. Eu nunca ouvi falar em espigas gordas e espigas magras; ouvi, sim, falar em vacas gordas e vacas magras, do tempo do Egito. Mas, o que fere, nobre Senador, não é a verdade, é a meia verdade. V. Ex^a falou, aqui, que o Governo confessou que dispendeu vinte bilhões de cruzeiros para atender a determinadas entidades financeiras que chegaram a situação constrangedora. Mas, isto, dito pela metade, é na verdade aterrorizante, mas se V. Ex^a acompanhou a exposição de motivos do ilustre Ministro da Fazenda, junta à Câmara dos Deputados, V. Ex^a verá que aquilo que parecia um absurdo, se constituiu numa medida adequada. Primeiro, no passado — não vou citar nomes — faliram bancos e os pobres e confiantes depositantes, perderam tudo. Não cito nome, quem quiser que vá procurar os antigos jornais e os relatórios do Banco do Brasil. O Governo, quando resolveu fazer esse financiamento de 20 bilhões — dos quais confessa que poderá perder 10 bilhões, o que vale dizer, poderá reaver 10 bilhões — ele pensou, porque deveria pensar, na gama enorme de depositantes, pessoas pobres que confiaram a esses bancos os seus depósitos, as suas pequenas economias. E o Governo, entre deixar que essa gente perdesse

tudo e entrasse com a contribuição do Governo, para depois cobrar, através de uma ação executiva, o Governo preferiu garantir esses pobres depositantes, que não terão prejuízo, arcando com esse prejuízo que V. Ex^as acham que ele deve arcar em determinadas outras atividades. O ilustre Senador pelo Paraná falou que o Brasil, que já foi o primeiro produtor de café, hoje importa café. É uma verdade, mas é meia verdade. O que S. Ex^a não disse é que a geadinha, que atingiu o Estado de S. Ex^a e atingiu São Paulo, dizimou, em um e outro Estado, mais de 80% de toda plantação. O Governo se vê, então, na contingência de importar café, para garantir ao plantador de café nacional, porque, do contrário, o que se daria era a desvalorização completa. Quando, no passado, se queimava café e se jogava café no mar, não era porque o Governo não tivesse a visão do problema, mas porque não queria deixar que a lavoura do café fosse para a falência, e ao desespero os pequenos plantadores. Mas, a Oposição não diz que o Brasil, que já foi dos primeiros plantadores de cacau, que passou, depois de certo tempo, a situação de terceiro produtor, hoje, graças às medidas do Governo, passa já a ocupar o seu primeiro lugar. Isso a Oposição não diz, porque não convém dizer. Convém criticar os erros que existem. E tantos erros existem, como existiram sempre, é que sempre, em todos os países do mundo, houve oposição. Não me consta que a oposição viesse para elogiar, que viesse para bater palmas. Em todos os tempos, em todos os países, oposição existe, oposição existiu, oposição criticou e oposição critica. Os erros há, nesse e naquele setor. Mas, muitas vezes, os erros não são interpretados; por que não se fez? Sabe V. Ex^a que a administração apresenta uma série de conotações. Às vezes, a medida que se toma nesse sentido, age negativamente em outro sentido, sabe V. Ex^a. Por exemplo: quando o Governo limita o crédito, combate a inflação. Mas, combatendo a inflação, faz com que muita gente que precisa do crédito não o tenha. É arma de dois gumes. Administrar é difícil, administrar — já disse alguém e vale repeti-lo — é optar e, muitas vezes, as opções não são sempre agradáveis.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — V. Ex^a me permite um aparte? Porque vejo que está terminando seu discurso.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Gilvan Rocha (MDB — SE) — Não desejaria interromper, mas não posso deixar de fazer um registro da curiosíssima defesa do Governo, através de um representante da ARENA, sobre os problemas aqui levantados. Primeiro, uma elegia à inadimplência. Aliás, é um bom negócio atualmente, neste País, ser inadimplente. Os hotéis de luxo vão receber, agora, 2 bilhões de cruzeiros. Mas a segunda parte é mais interessante ainda: o velho São Pedro, arcado pelos anos, ainda é o grande responsável pelos nossos problemas agrícolas. É a geadinha do Paraná, é a seca do Nordeste... Seria muito interessante que a Suíça também se espantasse vendo cair neve. Nós temos é que conviver com esses problemas e não culpá-los, porque a seca no Nordeste vai continuar a vir, da mesma forma a geadinha no Paraná. Mas, o meu registro, Ex^a, é apenas para dizer que afinal eu entendi: realmente, o futuro deste País a Deus pertence.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Sr. Presidente e Srs. Senadores, não nos cabe, aqui, examinar os desacertos praticados no tempo de Pedro Álvares Cabral. Cabe examinarmos os desacertos que estão a se registrar, constantemente. Não podemos aceitar que o Governo Federal canalize tremendos recursos para Empresas falidas. Não podemos aceitar.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Não. Firmas falidas não. Uma entidade de crédito é coisa diferente.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Empresas falidas, que o próprio Ministro da Fazenda, no depoimento que V. Ex^a aludiu há pouco, reconheceu 10 bilhões perdidos, do volume de vinte e um bilhões, drenados para o mercado financeiro.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Mas deu a explicação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — O Governo tinha mecanismos para impedir a perda desse volume de cruzeiros. O Banco Central tem acesso às financeiras, aos bancos. Se não fiscalizou, foi porque não quis ou porque é incapaz. Pela incapacidade do Governo, estamos e continuamos a incentivar as exportações de produtos de que não temos tecnologia — ainda estamos na era da tecnologia tupiniquim — de que não temos mão-de-obra qualificada suficiente para produção de produtos em quantidade e a preços competitivos no exterior. Temos terras abundantes, temos sol, temos chuva, temos climas diversificados, temos uma vocação agrícola. Por que não vamos explorar essas potencialidades para produzir mais alimentação para os brasileiros, mais matérias-primas, para conseguirmos mais excedentes, para conseguirmos nivelar a nossa balança de trocas com os outros países? Por que isso não ocorre em nosso País? Porque o Governo do Partido do Senador Heitor Dias é incapaz, tem boa vontade; tem boas intenções, trabalha nesse sentido. Mas, é incapaz, não tem discernimento, não se prepara, não se instrumenta para realizar a grande obra que desejamos, que precisamos para nos transformar em país-potência.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Ouço V. Ex^a mais uma vez.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — Acho que V. Ex^a seria menos imodesto, se não insistisse na falta de discernimento, porque assim parece que esse discernimento é só de V. Ex^a e da Oposição. Mas V. Ex^a falou na nossa vocação agrícola. Foi aquela expressãozinha o "essencialmente agrícola" que fez com o que o nosso subdesenvolvimento se prolongasse por tanto tempo, no auge em que se encontrou e do qual estamos saindo graças a Deus. V. Ex^a deve olhar o passado com mais, permita, acuidade, para fazer justiça aos que deflagraram a política de industrialização deste País, a começar pelo Presidente Getúlio Vargas. Se V. Ex^a quer persistir no essencialmente agrícola, V. Ex^a não está fazendo justiça ao trabalho desses grandes homens que governaram a Nação.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Senador Heitor Dias, não sou contra a industrialização, pelo contrário, sou também a favor da industrialização. Reconheço que a industrialização tem dado uma grande contribuição ao nosso desenvolvimento. O que condeno é a ênfase inusitada que os últimos governos têm dado as exportações, sem termos capacidade. Defendemos a industrialização, mas de produtos populares e não de produtos sofisticados, sem condições de compra para os brasileiros. Desenvolvermos uma indústria para produzirmos eletrodomésticos sofisticados, carros de luxo, etc., quando deveríamos desenvolver uma indústria para produzir aquilo que é necessário ao brasileiro, e que ele tenha poder de compra, desenvolvermos a agropecuária e, através dela, conseguirmos as divisas que carecemos. Com mais divisas, nobre Senador, vamos desenvolver a nossa tecnologia industrial, preparar a mão-de-obra especializada e nos prepararmos no setor da comercialização externa, para depois que alcançarmos esses estágios, partirmos para as exportações dos manufaturados. Enquanto não tivermos essas condições mínimas, devemos explorar a agropecuária. Esse é o caminho mais rápido, o caminho mais rentável, para podermos viver melhor, termos um caminho a trilhar, de melhor prosperidade, de melhor desenvolvimento.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — V. Ex^a me permite, nobre Senador Evelásio Vieira.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Eu estava chegando ao final das minhas considerações, mas tenho uma grande alegria em ouvir o Senador Luiz Cavalcante.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Muito grato pela especial deferência com esse seu colega que tanto o aprecia. Meu

aparte vem atrasado. Inicialmente, queria falar a respeito da importação de café, a que V. Ex^a aludiu. Na verdade, o IBC e, muito em particular, o Presidente Camilo Calazans, não têm cessado de ser louvados pela imprensa e autoridades estrangeiras pelas magníficas manobras que têm feito, adquirindo café lá fora, ora em Salvador, ora na África, para valorizar o preço do produto. Em segundo lugar, quero me referir ao aparte do Senador Heitor Dias, meu companheiro de Bancada, quando respondendo a V. Ex^a e se apegando à expressão "País essencialmente agrícola"...

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — Essencialmente, eu não usei o termo.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Então peço perdão. Preponderantemente, talvez.

O Sr. Heitor Dias (ARENA — BA) — V. Ex^a insistiu na vocação agrícola. Eu, então, deduzi da vocação agrícola o essencialmente agrícola.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — A verdade é que temos uma enorme vocação agrícola, graças a Deus. Mas é azado frisar que, no ano passado, para exportações de dez bilhões e cem milhões de dólares, 3,7 bilhões, ou por outra, mais de 1/3 da nossa receita de vendas externas resultou de produtos industrializados. Então, essa história de dizer-se que o Brasil é um País essencialmente agrícola, isto já era. Não é mais, felizmente. Grato a V. Ex^a

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — V. Ex^a tem razão em relação aos dados do ano passado. Já, neste ano, os produtos primários ganharam grande expressão na balança comercial.

O Sr. Luiz Cavalcante (ARENA — AL) — Neste ano, já temos garantido quatro bilhões de dólares de exportações de produtos industrializados, pelo menos.

O SR. EVELÁSIO VIEIRA (MDB — SC) — É verdade. Mas é preciso que se diga também que a maioria desses produtos industrializados e semi-industrializados estão contando com os subsídios: o Governo cobre a diferença de preços com o sacrifício dos brasileiros. O que defendemos, Senador, é que o Governo, na contemplação das prioridades, veja as nossas reais potencialidades, sabendo usá-las, e explorá-las. Temos — falei há pouco dessas riquezas naturais e extraordinárias — um povo bom. O de que se precisa é instrumentar esse povo, dar-lhe as ferramentas necessárias para termos possibilidades de decolar para um estágio de país desenvolvido e, amanhã se rivalizar, com os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Rússia e com os outros. Agora, o de que se precisa é o Governo aproveitar, saber explorar com inteligência e com sabedoria essas potencialidades.

Eram as ponderações que tínhamos a fazer nesta oportunidade, Sr. Presidente e Srs. Senadores, em defesa da agropecuária. Porque defendendo a agropecuária brasileira, estamos defendendo a própria indústria brasileira, estamos defendendo as empresas que atuam no setor terciário, estamos defendendo, enfim, o próprio interesse nacional. (Muito bem! Palmas.)

ATA DA 37ª REUNIÃO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CEGRAF REALIZADA NO DIA 16-8-1977.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de 1977, no Gabinete do Senhor 1º-Secretário da Mesa Diretora do Senado Federal, reuniu-se o Conselho de Supervisão do CEGRAF, sob a Presidência do Senhor Senador Mendes Canale, presentes os Conselheiros Antonino Pio da Câmara Cavalcanti de Albuquerque, Vice-Presidente; Luiz do Nascimento Monteiro; Abel Rafael Pinto e Luciano de Figueiredo Mesquita. Presente também, o Sr. Arnaldo Gomes, Diretor-Executivo do CEGRAF. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente colocou em votação o processo da Tomada de Preços nº 4/77, designando para relatá-lo o Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro, que apresentou parecer favorável, aprovado unanimemente

sem restrições. A citada Tomada de Preços refere-se à construção da pista de rolamento na área interna do CEGRAF, conforme projeto apresentado. O Senhor Presidente encaminhou a citada Tomada de Preços à Comissão Diretora do Senado Federal, para homologação. A seguir o Conselho aprovou a contratação de um Engenheiro Agrônomo pelo prazo de seis meses, para fiscalizar as obras de urbanização da área pertencente ao CEGRAF. Passou-se, em seguida, à discussão de assuntos gerais. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião. Eu, José Paulino Neto, Secretário do Conselho, lavrei a presente Ata que, depois de lida, será assinada pelo Senhor Presidente. Brasília, DF, em 16 de agosto de 1977. — Senador Mendes Canale, Presidente do Conselho do CEGRAF.

ATA DA 118ª SESSÃO, REALIZADA EM 18-8-77
(Publicada no DCN — Seção II — de 19-8-77)

RETIFICAÇÃO

Na Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), constante do Parecer nº 501, de 1977, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei Senado nº 124/75, que "acrescenta parágrafo único ao art. 60 do Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, para retirar

ao endosso dado à Nota Promissória Rural o caráter cambiário, reduzindo-o a simples cessão civil sem efeito regressivo contra o endossante":

Na página 3893, 1ª coluna, na ementa do substitutivo,

Onde se lê:

"Retiro o caráter cambiário ...

Leia-se:

"Retira o caráter cambiário ...

ATA DA 119ª SESSÃO, REALIZADA EM 18-8-77
(Publicada no DCN — Seção II — de 19-8-77)

RETIFICAÇÃO

Na página 3911, 2ª coluna, na fala da Presidência, referente ao enunciado da discussão do Projeto de Resolução nº 47, de 1977,

Onde se lê:

Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1976. (Pausa.)

Leia-se:

Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 47, de 1977. (Pausa.)

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

18ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 1977

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dezoito de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, na Sala de Reunião, atrás do Plenário, sob a Presidência do Sr. Senador João Calmon e a presença dos Srs. Senadores Adalberto Sena, Jarbas Passarinho, Otto Lehmann e Itamar Franco, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Gustavo Capanema, Tarso Dutra, Cattete Pinheiro, Paulo Brossard, Evelásio Vieira, Ruy Santos, Heitor Dias, Helvídio Nunes, Arnon de Mello e Franco Montoro.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que logo após é dada como aprovada.

De acordo com a pauta dos trabalhos são relatados os seguintes Projetos:

Pelo Sr. Senador Jarbas Passarinho:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1976, que "declara Machado de Assis Patrono das Letras do Brasil".

Em discussão e votação é o parecer aprovado, sem restrições.

Parecer pela rejeição ao Projeto de Lei da Câmara nº 05, de 1977, que "altera o Decreto-lei nº 1422, de 23 de outubro de 1975, que dispõe sobre o salário-educação".

Em discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

Pelo Sr. Senador Adalberto Sena:

Parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 02, de 1977, que "declara feriado nacional o dia 12 de outubro", ficando prejudicado o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 1976, que "Considera feriado nacional o dia consagrado a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil", que tramita conjuntamente.

Em discussão e votação é o parecer aprovado, sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

Incumbida de examinar e emitir Relatório Sobre a Mensagem nº 77, de 1977-CN, do Senhor Presidente da República, comunicando haver vetado, parcialmente, o Projeto de Lei nº 9, de 1977-CN, que "Dispõe Sobre as Entidades de Previdência Privada, e dá outras providências".

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1977

Aos vinte e três dias no mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, às dezesseis horas, no Auditório Milton Campos, presentes os Srs. Senadores Heitor Dias, Saldanha Derzi, Marcos Freire e Deputados Theobaldo Barbosa, Osmar Leitão e Athiê Coury, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir relatório sobre o Veto apostado, parcialmente, pelo Senhor Presidente da República, ao Projeto de Lei nº 9, de 1977-CN, que "dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências".

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador Heitor Dias, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a preceito regimental o Sr. Presidente comunica que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, é convidado o Sr. Deputado Osmar Leitão para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Deputado Athiê Coury 05 votos
Em branco 01 voto

Para Vice-Presidente:

Deputado Theobaldo Barbosa 05 votos
Em branco 01 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Srs. Deputados Athiê Coury e Theobaldo Barbosa.

Assumindo a Presidência, o Sr. Deputado Athiê Coury agradece em nome do Sr. Deputado Theobaldo Barbosa e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Sr. Senador Saldanha Derzi, para relatar o Veto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Alfeu de Oliveira, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir relatório à Mensagem nº 76, de 1977 (CN), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976 (206-B/75, na casa de origem), que revoga dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional Trânsito).

REUNIÃO DE INSTALAÇÃO, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1977

Às dezesseis horas do dia vinte e dois de agosto do ano de mil novecentos e setenta e sete, no Auditório Milton Campos, presentes os Senhores Senadores Heitor Dias, Otto Lehmann e Roberto Saturnino e os Deputados Nunes Leal e José Ribamar Machado, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir relatório à Mensagem nº 76, de 1977 (CN), pela qual o Senhor Presidente da República comunica haver vetado, totalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1976 (206-B/75, na casa de origem), que revoga dispositivos da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional Trânsito).

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Deputado Alceu Collares.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência o Senhor Senador Otto Lehmann, que declara instalada a Comissão.

A fim de cumprir dispositivo regimental, o Presidente eventual, Senador Otto Lehmann, esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e Vice-Presidente. Distribuídas as cédulas, a Presidência convida o Senhor Deputado Nunes Leal para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Roberto Saturnino	 4	votos
Senador Otto Lehmann	 1	voto

Para Vice-Presidente:

Senador Heitor Dias	 4	votos
Deputado Nunes Leal	 1	voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Roberto Saturnino e Heitor Dias.

Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Roberto Saturnino agradece a seus pares a honra com que foi distinguido e designa para relatar a matéria o Senhor Deputado José Ribamar Machado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente reunião, e, para constar, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e demais Membros da Comissão e vai à publicação.

MESA

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:

Altevir Leal (ARENA — AM)
Braga Junior (ARENA — AM)
Evandro Carneira (MDB — AM)
Otair Becker (ARENA — SC)

LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder
Eurico Rezende
Vice-Líderes
Heitor Dias
Helvidio Nunes
José Sarney
Mattos Leão
Osires Teixeira
Otto Lehmann
Saldanha Derzi
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder
Franco Montoro
Vice-Líderes
Roberto Saturnino
Itamar Franco
Gilvan Rocha
Lázaro Barboza
Danton Jobim

COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Otair Becker	1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira	2. Saldanha Derzi
3. Itálvio Coelho	3. Mattos Leão
4. Murilo Paraíso	
5. Vasconcelos Torres	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino	2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Evandro Carneira

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Heitor Dias	1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho	2. José Sarney
3. Dinarte Mariz	3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela	
5. Braga Junior	
	MDB
1. Agenor Maria	1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carneira	2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	Suplentes
	ARENA
1. Accioly Filho	1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema	2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger	3. Arnau de Mello
4. Eurico Rezende	4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias	5. Milton Cabral
6. Helvidio Nunes	6. Benedito Ferreira
7. Wilson Gonçalves	
8. Itálvio Coelho	
9. Otto Lehmann	
10. Osires Teixeira	
	MDB
1. Dirceu Cardoso	1. Franco Montoro
2. Leite Chaves	2. Lázaro Barboza
3. Nelson Carneiro	3. Ruy Carneiro
4. Paulo Brossard	
5. Orestes Quêrcia	

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Prsidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Heitor Dias	1. Augusto Franco
2. Murilo Paraíso	2. José Sarney
3. Cattete Pinheiro	3. Braga Junior
4. Osires Teixeira	4. Altevir Leal
5. Saldanha Derzi	5. Luiz Cavalcante
6. Wilson Gonçalves	
7. Virgílio Távora	
8. Alexandre Costa	
MDB	
1. Itamar Franco	1. Evandro Carneira
2. Lazaro Barboza	2. Nelson Carneiro
3. Adalberto Sena	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Milton Cabral	1. Cattete Pinheiro
2. Arnon de Mello	2. Augusto Franco
3. José Guimard	3. José Sarney
4. Luiz Cavalcante	4. Domicio Gondim
5. Murilo Paraíso	5. Jarbas Passarinho
6. Vasconcelos Torres	
7. Dinarte Mariz	
8. Otair Becker	
MDB	
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Marcos Freire	2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Tarso Dutra	1. Helvidio Nunes
2. Gustavo Capanema	2. Ruy Santos
3. João Calmon	3. Arnon de Mello
4. Otto Lehmann	4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho	
6. Cattete Pinheiro	
MDB	
1. Evelásio Vieira	1. Franco Montoro
2. Paula Brossard	2. Itamar Franco
3. Adalberto Sena	

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paula Brossard

Vice-Presidente: Domicio Gondim

Titulares	Suplentes
ARENA	
1. Teotônio Vilela	1. Cattete Pinheiro
2. Alexandre Costa	2. Heitor Dias
3. Wilson Gonçalves	3. Lourival Baptista
4. Domicio Gondim	4. Daniel Krieger
5. Helvidio Nunes	5. José Guimard
6. Lenoir Vargas	6. José Sarney
7. Mattos Leão	7. Saldanha Derzi
8. Ruy Santos	
9. Braga Junior	
10. Tarso Dutra	
11. Virgílio Távora	
12. Magalhães Pinto	
MDB	
1. Paula Brossard	1. Danton Jobim
2. Evelásio Vieira	2. Dirceu Cardoso
3. Gilvan Rocha	3. Evandro Carneira
4. Roberto Saturnino	
5. Ruy Carneiro	

Assistente: Cândida Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(9 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quéricia

Titulares

1. Jessé Freire
2. Ruy Santos
3. Lenoir Vargas
4. Jarbas Passarinho
5. Lourival Baptista
6. Accioly Filho

ARENA

Suplentes

1. Braga Junior
2. Virgílio Távora
3. Osires Teixeira
4. Domicio Gondim

MDB

1. Franco Montoro
2. Orestes Quéricia
3. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares

1. Milton Cabral
2. Domicio Gondim
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Jarbas Passarinho

ARENA

Suplentes

1. José Guimard
2. Murilo Paraíso
3. Virgílio Távora

MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barboza" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvidio Nunes

Titulares

1. Helvidio Nunes
2. Otto Lehmann
3. Saldanha Derzi

ARENA

Suplentes

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Jarbas Passarinho

MDB

1. Danton Jobim
2. Adalberto Sena

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusto Franco
10. Otto Lehmann

ARENA

Suplentes

1. Accioly Filho
2. Fausto Castelo-Branco
3. Helvidio Nunes
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho
6. Luiz Cavalcante

MDB

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro

1. Marcos Freire
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

ARENA

Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. Itálvio Coelho
3. Osires Teixeira

MDB

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Benjamim Farah
2. Ruy Carneiro

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

Titulares

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

Titulares

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

ARENA

Suplentes

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Mattos Leão

MDB

1. Benjamim Farah
2. Itamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
5. Mattos Leão

ARENA

Suplentes

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS
E DE INQUÉRITO

Comissões Temporárias

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;

Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;

Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL
PARA O ANO DE 1977

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CÂNDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDIA	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLAUDIO COSTA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÂNDIDO		C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDIA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDIA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

Com Suplemento 1977

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º de Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975**
- nº 5, de 1975,**
- nº 6, de 1976,**
- nº 7, de 1977,**
- nº 8, de 1977 e**
- nº 9, de 1977.**

EDIÇÃO JUNHO DE 1977
(formato bolso)

194 páginas

Preço: Cr\$ 10,00

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(obra elaborada pela Subsecretaria de Edições Técnicas)

- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (e suas alterações);
- Código Eleitoral (e suas alterações);
- Sublegendas;
- Inelegibilidades (Leis Complementares nºs 5/70 e 18/74);
- Colégio Eleitoral (Presidente da República e Governadores);
- Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral;
- Resolução do Tribunal de Contas da União
(prestação de contas dos Partidos Políticos);
- Lei do transporte gratuito em dias de eleição
(Lei nº 6.091, de 15-8-1974);
- As últimas instruções do TSE
(voto no Distrito Federal; justificação dos eleitores que não votarem).

Edição — Setembro de 1974

340 páginas

Preço: Cr\$ 20,00

SUPLEMENTO 1976

Preço: Cr\$ 20,00

À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR.

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00